

ANÁLISE DO SETOR AGRÍCOLA



Estudos da Central de Balanços
Dezembro 2012

11



Banco de Portugal
EUROSISTEMA

ANÁLISE DO SETOR AGRÍCOLA

Estudos da Central de Balanços

Dezembro 2012

11



Banco de Portugal

EUROSISTEMA

BANCO DE PORTUGAL

Av. Almirante Reis, 71

1150-012 Lisboa

www.bportugal.pt

Edição

Departamento de Estatística

Design, impressão e acabamento

DSADM Serviço de Edições e Publicações

Lisboa, 2012

Tiragem

1 000 exemplares

ISSN 1647-967X (impresso)

ISSN 1647-9688 (*on-line*)

Depósito legal n.º 320301/10

NOTA PRÉVIA

A presente análise baseia-se fundamentalmente na informação recolhida através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e tratada pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Através da IES as empresas cumprem, de uma só vez, as obrigações de declaração das contas anuais junto dos Ministérios das Finanças e da Justiça, do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística (INE).

A IES é normalmente reportada no prazo máximo de seis meses e meio após o fim do exercício económico, o que corresponde, para a maioria das empresas residentes em Portugal, ao dia 15 de julho do ano seguinte ao de referência dos dados. Os dados de 2011, no entanto, foram entregues até ao final de julho de 2012, devido à disponibilização tardia da aplicação de recolha.

As contas anuais de 2011 reportadas através da declaração IES baseiam-se, pelo segundo ano, no SNC – Sistema de Normalização Contabilística. O normativo contabilístico introduzido em 2010, que altera o paradigma da prestação de contas e confere especial relevância aos princípios do reporte contabilístico e financeiro, tornou ainda mais relevante o processo de controlo de qualidade que o Banco de Portugal efetua sobre a informação reportada pelas empresas. Este processo visa essencialmente assegurar a coerência e a integridade da informação contabilística no exercício económico, assim como a consistência temporal dos principais agregados. No âmbito dessa análise é também efetuado o confronto com os dados obtidos no âmbito dos outros sistemas de estatísticas da responsabilidade do Banco de Portugal.

Para além da informação obtida através da IES, a análise é ainda complementada com dados relativos à dívida financeira das empresas portuguesas disponíveis a partir de outras bases de dados do Departamento de Estatística do Banco de Portugal, nomeadamente da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) e do Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos (SIET). Esta informação permite caracterizar uma parte significativa dos passivos financeiros das empresas portuguesas, sobretudo no que respeita aos empréstimos do setor financeiro e à dívida titulada.

SUMÁRIO

De acordo com a informação disponível na Central de Balanços do Banco de Portugal, o *Setor Agrícola* representava em 2011 cerca de 8% das empresas, 9% do número de pessoas ao serviço e 13% do volume de negócios do setor institucional das Sociedades não Financeiras (SNF). Este setor, que perdeu relevância ao longo da última década, verificou, no entanto, desde 2009, uma recuperação no conjunto das SNF.

No que respeita às atividades que, no âmbito deste *Estudo*, integram o *Setor Agrícola* (*Agricultura, Indústria de produtos agrícolas e Comércio de produtos agrícolas*), a *Indústria de produtos agrícolas* era a que assumia maior relevância, com 36% do número de empresas, 48% do volume de negócios e 60% das pessoas ao serviço no setor. Atendendo à dimensão das empresas, o *Setor Agrícola* era constituído, maioritariamente, por microempresas (82%), embora os maiores contributos em termos do volume de negócios fossem originados, essencialmente, pelas PME (50%) e pelas grandes empresas (39%).

Em 2011 o volume de negócios do *Setor Agrícola* continuou a crescer (1%), ainda que a um ritmo inferior ao de 2010 (4%). Os custos da atividade operacional cresceram a um ritmo superior (2%), influenciados pelo custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (4%), o que acarretou uma descida significativa do EBITDA (*Resultados antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações*) (13%). Como consequência, a rentabilidade dos capitais próprios do setor diminuiu 3 p.p. em 2011, para 4%, tendo, ainda assim, superado a rentabilidade das SNF pela primeira vez no período analisado (a qual verificou, por sua vez, uma descida de 7 p.p.).

Na componente financeira o *Setor Agrícola* apresentou, no período em análise, níveis médios de capitais próprios superiores aos das SNF. Em 2011 o valor médio da autonomia financeira do setor em estudo foi de 37%, que compara com 33% nas SNF. Não obstante, a mediana situou-se em 25%, o que significa que em metade das empresas do setor, pelo menos, 75% do ativo era financiado por capital alheio. Assim, as necessidades de financiamento das empresas eram maioritariamente satisfeitas por via da dívida financeira e dos créditos comerciais (68% do passivo do setor), sendo que em 2011 enquanto a primeira componente decresceu, a segunda cresceu.

Os custos de financiamento suportados pelo *Setor Agrícola* aumentaram em 2011, tendo elevado a pressão financeira: 20% do EBITDA gerado em 2011 foi consumido pelos juros (14% em 2010). Ainda assim, essa parcela foi superior no caso das SNF (28% em 2011 e 17% em 2010).

No final de 2011 a emissão de títulos de dívida representava 16% da dívida financeira do *Setor Agrícola*. De acordo com a informação adicional disponível no Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos do Banco de Portugal, a emissão de títulos de dívida ficou a dever-se, quase exclusivamente, às grandes empresas e à *Indústria de produtos agrícolas*.

A informação adicional proveniente da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal revela que o financiamento concedido ao *Setor Agrícola* por instituições de crédito residentes diminuiu 3% no final de 2011, face ao registado em 2010, tendo continuado a reduzir-se no primeiro semestre de 2012 (-2% face ao final de 2011). Paralelamente, o rácio de crédito vencido do setor subiu, sendo de realçar, mesmo assim, o facto de, no final do primeiro semestre de 2012, o mesmo se ter situado, pela primeira vez no período em análise, abaixo do observado pelo agregado das SNF (9% e 10%, respetivamente).

Quanto à dívida comercial, as empresas do *Setor Agrícola* apresentavam grande equilíbrio entre o prazo médio de recebimentos (72 dias) e o de pagamentos (70 dias). No entanto, considerando o diferencial entre os saldos de fornecedores e de clientes, verifica-se que a dívida comercial não era, de facto, uma forma de financiamento do setor, não obstante a evolução favorável verificada nos últimos anos. Esta característica foi comum a todas as classes de dimensão e atividades consideradas neste setor, exceto na *Agricultura*.

ÍNDICE

I ANÁLISE DO SETOR AGRÍCOLA

3	1 Introdução
5	2 Estrutura e Dinâmica
5	2.1 Estrutura
12	2.2 Dinâmica
14	3 Análise Económica e Financeira
14	3.1 Enquadramento
15	3.2 Atividade e rendibilidade
15	3.2.1 Volume de negócios
17	3.2.2 Custos da atividade operacional
19	<i>Caixa 1 Relevância do exterior na atividade operacional das empresas do Setor Agrícola</i>
21	3.2.3 EBITDA
22	3.2.4 Rendibilidade dos capitais próprios
24	3.3 Situação financeira
24	3.3.1 Estrutura financeira
27	<i>Caixa 2 Empréstimos obtidos junto de instituições de crédito residentes – caracterização com base na Central de Responsabilidades de Crédito</i>
30	3.3.2 Custos financeiros e solvabilidade
32	<i>Caixa 3 Crédito obtido através da emissão de títulos de dívida - caracterização com base no Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos</i>
34	3.3.3 Financiamento por dívida comercial
38	Anexo - Principais Indicadores do Setor Agrícola
39	Síntese Metodológica
42	Referências
44	Estudos da Central de Balanços

ÍNDICE DE GRÁFICOS

- 6** Gráfico 1 Estrutura por segmento de atividade económica (2011)
- 7** Gráfico 2 Composição setorial das classes de dimensão das empresas (volume de negócios - 2011)
- 11** Gráfico 3 Estrutura por classes de maturidade (volume de negócios - 2011)
- 11** Gráfico 4 Estrutura por natureza jurídica (volume de negócios - 2011)
- 12** Gráfico 5 Indicadores demográficos
- 13** Gráfico 6 Saldo natural
- 15** Gráfico 7 Volume de negócios | Taxa de crescimento anual (em %) e contributos (em p.p.)
- 16** Gráfico 8 Volume de negócios | Distribuição por quartis da taxa de crescimento anual e média ponderada
- 17** Gráfico 9 Custos da atividade operacional | Taxa de crescimento anual
- 19** Caixa 1 - Gráfico 1.1 Exportações e Importações de bens e serviços (2011)
- 20** Caixa 1 - Gráfico 1.2 Transações de bens e serviços com o exterior (saldo em 2010 a 2011)
- 21** Gráfico 10 EBITDA | Taxa de crescimento anual (em %) e contributos (em p.p.)
- 22** Gráfico 11 Rendibilidade dos capitais próprios
- 23** Gráfico 12 Rendibilidade dos capitais próprios | Distribuição por quartis e média ponderada
- 25** Gráfico 13 Autonomia financeira | Distribuição por quartis e média ponderada
- 25** Gráfico 14 Estrutura do passivo (2011)
- 26** Gráfico 15 Evolução da dívida financeira e dos créditos comerciais | Taxa de crescimento anual (em %) e contributos (em p.p.)
- 27** Caixa 2 - Gráfico 2.1 Evolução do financiamento obtido junto de IC residentes | Taxa de crescimento (em %) e contributos (em p.p.) - valores no final do período
- 28** Caixa 2 - Gráfico 2.2 Rácios de crédito vencido (no final do período)
- 29** Caixa 2 - Gráfico 2.3 Empresas com crédito vencido (no final do período)
- 30** Gráfico 16 Juros suportados | Taxa de crescimento anual e taxas de juro de mercado
- 31** Gráfico 17 Peso dos juros suportados no EBITDA
- 32** Caixa 3 - Gráfico 3.1 Financiamento por títulos de dívida (posição no final do primeiro semestre de 2012)
- 33** Caixa 3 - Gráfico 3.2 Detentores de títulos de dívida (estrutura no final do primeiro semestre de 2012)
- 34** Gráfico 18 Prazo médio de recebimentos | Em dias
- 35** Gráfico 19 Prazo médio de pagamentos | Em dias
- 37** Gráfico 20 Financiamento líquido por dívida comercial | Em % do volume de negócios

ÍNDICE DE QUADROS

- 5** Quadro 1 Peso do Setor Agrícola nas SNF (2011)
- 7** Quadro 2 Indicadores por classe de dimensão (2011)
- 9** Quadro 3 Localização geográfica por segmento de atividade económica (2011)
- 14** Quadro 4 PIB e principais componentes | Taxa de crescimento anual
- 18** Quadro 5 Custos da atividade operacional | Taxa de crescimento anual e estrutura (entre parêntesis) (2011)
- 22** Quadro 6 EBITDA | Peso das empresas com EBITDA negativo

ÍNDICE DE FIGURAS

- 8** Figura 1 Localização geográfica por distrito (2011)
- 10** Figura 2 Localização geográfica por distrito | Peso no total das SNF (volume de negócios, 2011)

ABREVIATURAS

CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
EBITDA	Resultados antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações (do inglês, <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>)
ENI	Empresários em Nome Individual
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
IC	Instituições de Crédito
IES	Informação Empresarial Simplificada
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITENF	Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras
p.p.	Pontos Percentuais
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas (exclui as microempresas)
POC	Plano Oficial de Contabilidade
SEC 95	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 1995
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SNF	Sociedades não Financeiras

ANÁLISE DO SETOR AGRÍCOLA



INTRODUÇÃO

1

ESTRUTURA E DINÂMICA

2

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

3

I ANÁLISE DO SETOR AGRÍCOLA

1 INTRODUÇÃO

O *Estudo "Análise do Setor Agrícola"* avalia a situação económica e financeira das empresas pertencentes ao *Setor Agrícola*, tendo por base a informação compilada pela Central de Balanços do Banco de Portugal¹. O *Setor Agrícola* compreende, para efeitos desta análise, não só as atividades agrícolas em sentido estrito (exceto a pesca), como também as atividades a jusante relacionadas com os produtos agrícolas, designadamente no âmbito da indústria e do comércio.

Os resultados apresentados nesta publicação complementam os dados agregados sobre Sociedades não Financeiras (SNF)², apurados igualmente a partir da Central de Balanços e divulgados no âmbito das publicações estatísticas do Banco de Portugal³. A análise incide essencialmente sobre o período 2007-2011, sendo dado algum detalhe adicional para o ano de 2012 no que diz respeito ao financiamento por empréstimos bancários e por títulos de dívida.

Neste *Estudo* procura-se caracterizar o *Setor Agrícola* quanto à dispersão dos resultados obtidos pelas empresas⁴ que o compõem, para um conjunto de indicadores selecionados. Para o efeito, apresentam-se resultados sobre a distribuição dos dados das empresas do agregado (i.e., quartis), os quais possibilitam uma análise alternativa ao indicador sintético sobre a média do setor e oferecem medidas isentas das distorções provocadas por eventuais valores extremos. Adicionalmente, analisam-se os contributos dos vários subconjuntos de empresas para a determinação dos resultados agregados do setor. Nesse sentido, é apresentado detalhe por segmentos de atividade económica e por classes de dimensão.

Nesta publicação apresentam-se igualmente resultados comparados para o *Setor Agrícola* e para o agregado das SNF em Portugal, em termos dos indicadores em análise. Para mais detalhe sobre os resultados obtidos para o setor das SNF, devem ser consultados os números 2, 3 e 8 dos *Estudos da Central de Balanços* do Banco de Portugal (de dezembro de 2010, setembro de 2011 e novembro de 2012, respetivamente).

A análise inicia-se com uma breve caracterização do *Setor Agrícola*, em que é avaliada a estrutura do setor em termos de atividade económica, dimensão, localização geográfica, maturidade e natureza jurídica das empresas que o compõem. São também apresentados dados referentes à dinâmica empresarial. De seguida analisa-se a evolução recente do volume de negócios e procura-se determinar em que medida esta se reflete nas rendibilidades obtidas pelas empresas. Para tal, decompõem-se os efeitos que influem sobre estas rendibilidades entre as componentes

¹ A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados com informação económica e financeira sobre as Sociedades não Financeiras (SNF) em Portugal. A informação baseia-se nos dados contabilísticos anuais (Central de Balanços Anual) comunicados no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) e nos dados contabilísticos trimestrais (Central de Balanços Trimestral) reportados pelas empresas através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). Os dados anuais cobrem a quase totalidade das SNF e os dados trimestrais cobrem cerca de três mil empresas, representativas de 40% do volume de negócios deste setor institucional. Para mais detalhe relativamente à atividade da Central de Balanços podem ser consultados os *Suplementos ao Boletim Estatístico* 5/2005 – *Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços* e 1/2008 – *Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços*, bem como a publicação *Estudos da Central de Balanços* | 6 – *Novos Quadros da Empresa e do Setor: Adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística*, de dezembro de 2011.

² O setor das SNF constitui um dos cinco setores institucionais da economia. A setorização institucional dos agentes económicos é efetuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 1995 (SEC 95), aprovado pelo Conselho através do Regulamento n.º 2223/96, de 25 de junho. O SEC 95 constitui o referencial harmonizado sobre a metodologia de compilação e prazo de disponibilização das contas nacionais dos países da União Europeia, incluindo estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal. Tendo por base este normativo, os Empresários em Nome Individual (ENI) estão incluídos no setor institucional dos Particulares. Desta forma, todos os dados apresentados neste documento para o setor das SNF excluem os ENI (representativos de cerca de dois terços do número de empresas em Portugal, mas de apenas 5% do respetivo volume de negócios).

³ As estatísticas da Central de Balanços são publicadas no *Boletim Estatístico* do Banco de Portugal (Capítulos A e G) e nos Quadros do Setor, ambos disponíveis no sítio do Banco de Portugal na *Internet* e no *BPstat* | *Estatísticas Online*.

⁴ Por uma questão de simplificação utilizam-se neste *Estudo* as expressões "empresa" e "sociedade" de forma indiferenciada, sendo que ambas excluem o agregado dos ENI.

operacional e financeira da atividade das empresas, procurando também fornecer alguma informação sobre a respetiva capacidade de solvência.

Por último, a partir da informação complementar disponível noutras bases de dados do Departamento de Estatística do Banco de Portugal, apresenta-se detalhe sobre a dívida financeira das empresas do *Setor Agrícola*, nomeadamente no que respeita a empréstimos obtidos junto do setor financeiro em Portugal e aos títulos de dívida emitidos pelas empresas do setor.

Em Anexo apresentam-se um quadro-resumo com os principais indicadores, uma síntese metodológica com a definição dos principais conceitos utilizados ao longo do *Estudo* e a lista detalhada dos setores de atividade económica da 3.ª Revisão da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE-Rev.3) incluídos no *Setor Agrícola*. No sítio do Banco de Portugal na *Internet* encontram-se igualmente disponíveis, em ficheiro *Excel*, as séries estatísticas analisadas.

2 ESTRUTURA E DINÂMICA

2.1 Estrutura

Para efeitos deste *Estudo* são incluídas no âmbito do *Setor Agrícola* não só as atividades agrícolas em sentido estrito, como também as atividades que se desenvolvem a jusante destas. Este conceito exclui a pesca, mas em tudo o resto coincide com o N.º 1 do Artigo 38.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que define “*produtos agrícolas como os produtos do solo, da pecuária e da pesca, bem como os produtos do primeiro estágio de transformação que estejam em relação direta com estes produtos*”. Neste âmbito, a política comum aplicada aos mercados agrícolas aplica-se também à produção e ao comércio dos produtos agrícolas.

Assim, para efeitos desta análise foram consideradas como parte integrante do *Setor Agrícola* as empresas das Divisões 01 – *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados* e 02 – *Silvicultura e exploração florestal* da CAE-Rev.3 (sendo este conjunto de atividades designado abreviadamente por **Agricultura**), e também as associadas à **Indústria de produtos agrícolas** (empresas da Secção C – *Indústrias transformadoras* da CAE-Rev.3 que possuem uma relação direta com a *Agricultura*) e ao **Comércio de produtos agrícolas** (empresas que desenvolvem atividades no âmbito da Secção G – *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* da CAE-Rev.3 diretamente associadas com a *Agricultura*)⁵.

Em 2011 o *Setor Agrícola* compreendia cerca de 28 mil empresas, representativas de 8% das empresas, 9% do número de pessoas ao serviço e 13% do respetivo volume de negócios (Quadro 1). Nos últimos dez anos, o peso do *Setor Agrícola* no total das SNF diminuiu ligeiramente: 0.6 p.p. no número de empresas; 0.9 p.p. no volume de negócios e 1.6 p.p. no número de pessoas ao serviço. Esta diminuição inclui, no entanto, uma recuperação nos últimos períodos, nos quais o *Setor Agrícola* aumentou a sua relevância no conjunto das SNF (de 12% do volume de negócios das SNF em 2008, para os referidos 13% em 2011).

O *Setor Agrícola* compreendia 28 mil empresas, representativas de 9% do número de pessoas ao serviço e de 13% do volume de negócios do total das SNF

Quadro 1

PESO DO SETOR AGRÍCOLA NAS SNF (2011)			
	Número de Empresas	Volume de Negócios	Número de Pessoas ao Serviço
Setor Agrícola	7.6%	13.2%	8.6%
Agricultura	2.7%	0.9%	1.4%
Indústria de produtos agrícolas	2.7%	6.3%	5.2%
Comércio de produtos agrícolas	2.2%	6.0%	2.0%

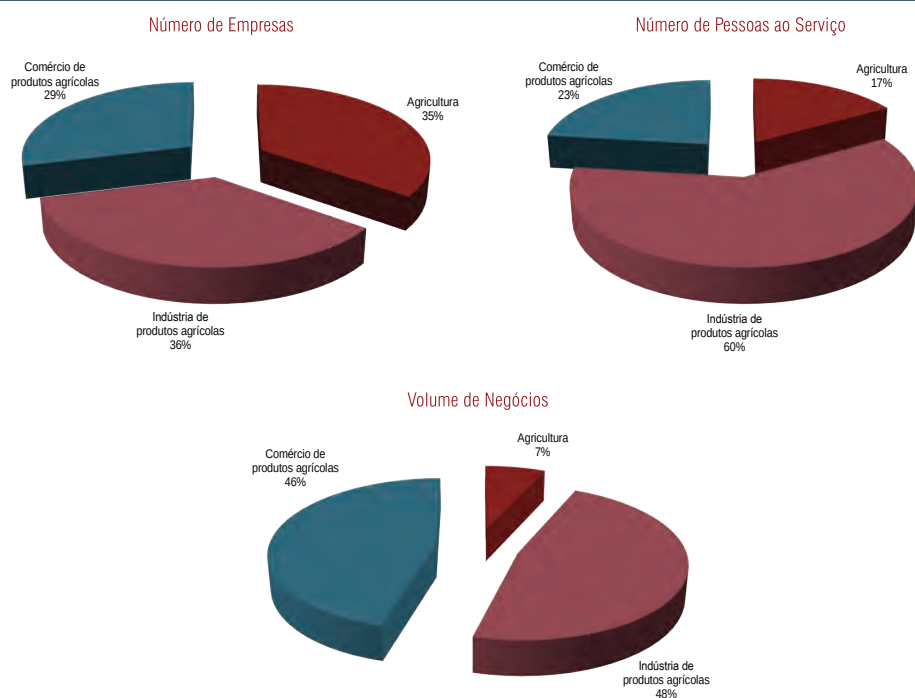
⁵ No Anexo são detalhados os setores da CAE-Rev.3 incluídos no conceito de *Setor Agrícola* utilizado neste *Estudo*.

O *Comércio de produtos agrícolas* e a *Indústria de produtos agrícolas* agregavam 93% do volume de negócios do setor

Por **segmentos de atividade económica** verificava-se, em 2011, um relativo equilíbrio na repartição do número de empresas, enquanto o *Comércio de produtos agrícolas* e a *Indústria de produtos agrícolas* evidenciavam-se em termos do volume de negócios (93% do total do setor). Ao nível do número de pessoas ao serviço, a *Indústria de produtos agrícolas* destacava-se de forma notória (60% do emprego no setor) (Gráfico 1).

Gráfico 1

ESTRUTURA POR SEGMENTO DE ATIVIDADE ECONÓMICA (2011)



As PME destacavam-se por agregarem 18% das empresas, 58% do número de pessoas ao serviço e 50% do volume de negócios do setor

Por **classes de dimensão**⁶, as Pequenas e Médias Empresas (PME) apresentavam um maior peso relativo no *Setor Agrícola* do que no total das SNF em Portugal, em qualquer dos três indicadores utilizados: número de empresas, número de pessoas ao serviço e volume de negócios. Em 2011, as PME agregavam 18% do número de empresas, 58% do número de pessoas ao serviço e 50% do volume de negócios (nas SNF estes valores eram respetivamente 12%, 44% e 40%). No *Setor Agrícola* o contributo das PME para o volume de negócios total era superior ao das grandes empresas (39%), contrastando com o que se verificava no agregado das SNF em Portugal (40% face a 45%, respetivamente) (Quadro 2).

⁶ A definição das classes de dimensão das empresas utilizada neste *Estudo* encontra-se detalhada em Anexo.

Quadro 2

INDICADORES POR CLASSE DE DIMENSÃO (2011)			
Indicador	Dimensão	SNF	Setor Agrícola
Número de Empresas	Microempresas	88.1%	82.0%
	Pequenas e médias empresas	11.6%	17.6%
	Grandes empresas	0.3%	0.4%
Número de Pessoas ao Serviço	Microempresas	26.3%	23.5%
	Pequenas e médias empresas	43.6%	58.0%
	Grandes empresas	30.0%	18.5%
Volume de Negócios	Microempresas	14.5%	12.0%
	Pequenas e médias empresas	40.3%	49.5%
	Grandes empresas	45.2%	38.5%

Nota: As células sombreadas identificam as classes de dimensão mais relevantes em cada setor/indicador.

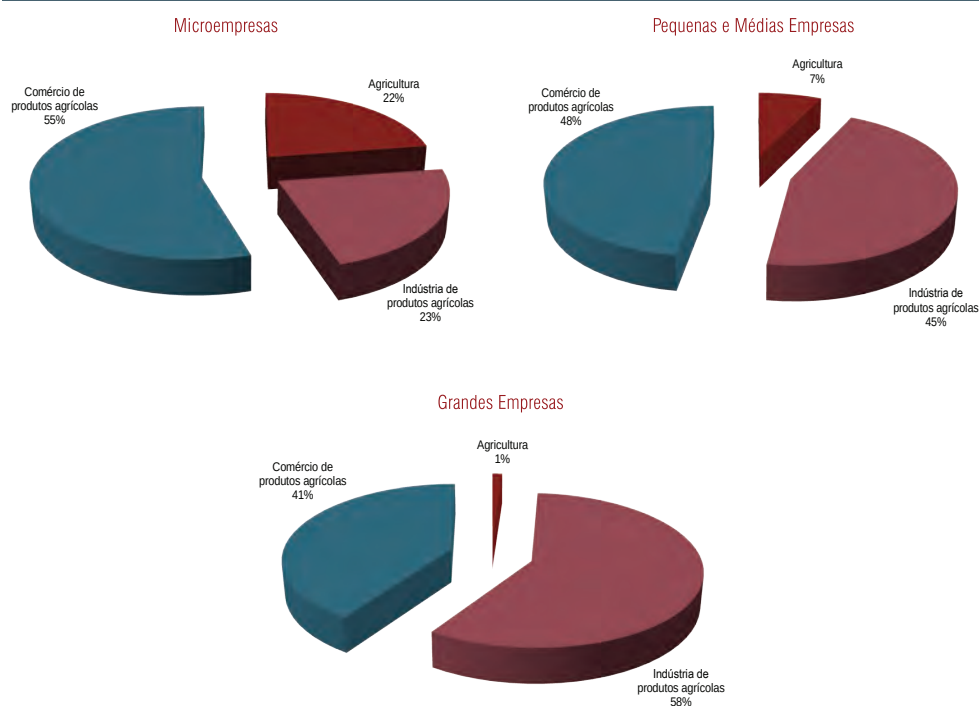
O Gráfico 2 apresenta a composição setorial de cada classe de dimensão, tendo por base o volume de negócios gerado em 2011 pelas atividades que compõem o *Setor Agrícola*.

Verifica-se que o peso da *Indústria de produtos agrícolas* cresce com a classe de dimensão das empresas, acontecendo o inverso com o *Comércio de produtos agrícolas* e, de forma ainda mais notória, com a *Agricultura*. O *Comércio de produtos agrícolas* destacava-se sobretudo na classe das microempresas, enquanto a *Indústria de produtos agrícolas* assumia particular relevância na classe das grandes empresas. A *Agricultura* era responsável por 22% do volume de negócios das microempresas do *Setor Agrícola*, parcela que descia para 7% nas PME e 1% nas grandes empresas.

O peso da *Indústria de produtos agrícolas* crescia com a classe de dimensão das empresas, acontecendo o inverso com o *Comércio de produtos agrícolas* e com a *Agricultura*.

Gráfico 2

COMPOSIÇÃO SETORIAL DAS CLASSES DE DIMENSÃO DAS EMPRESAS (VOLUME DE NEGÓCIOS - 2011)



Comparativamente com o agregado das SNF, as empresas do *Setor Agrícola* estavam mais dispersas pelo país...

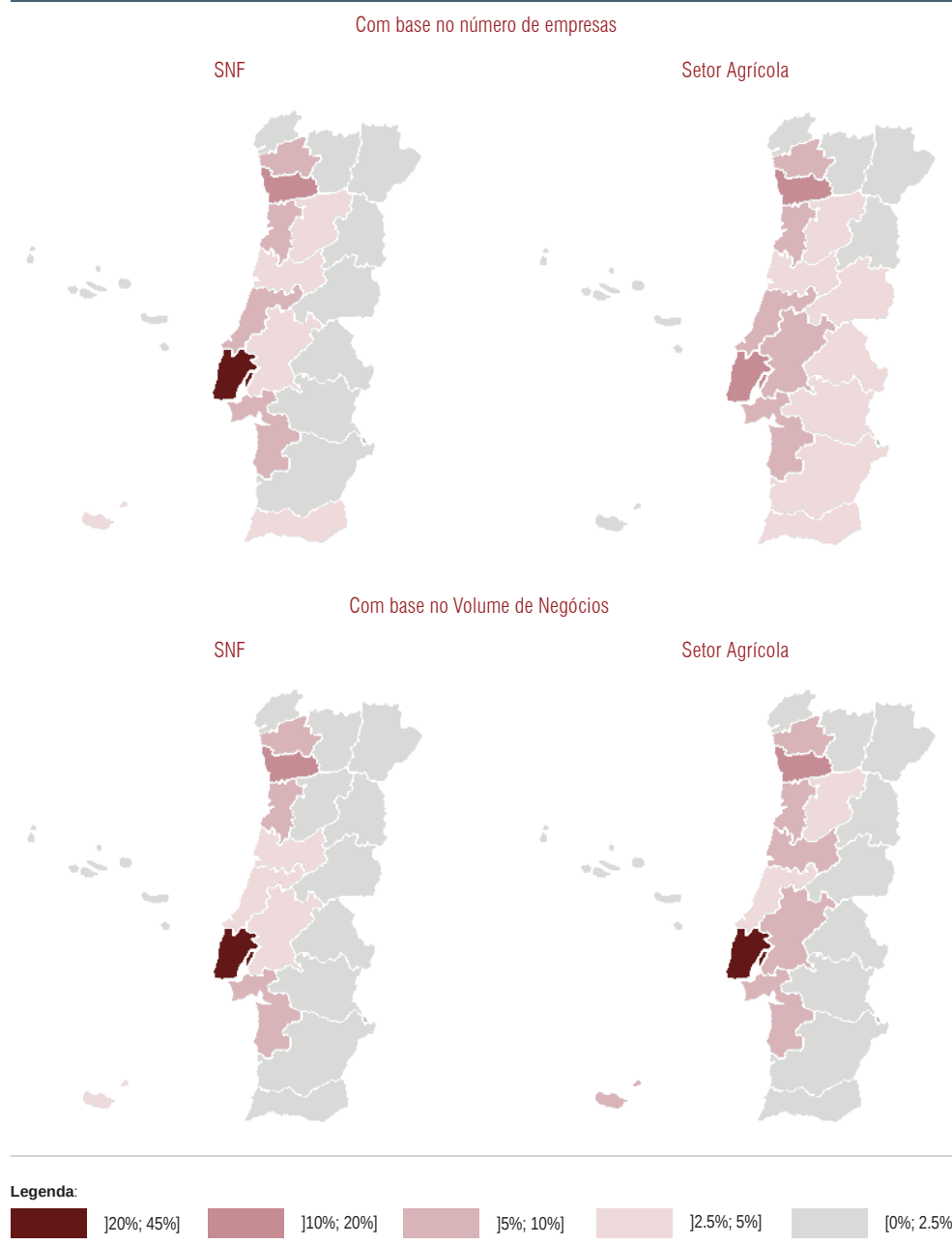
...mas era nos distritos do litoral que era gerada a maior parcela do volume de negócios

Relativamente à **localização geográfica**⁷, era evidente a elevada concentração das sedes sociais das empresas do *Setor Agrícola* nos distritos do litoral, em linha com o que se verificava no agregado das SNF. Ainda assim, no setor em análise a concentração avaliada em termos do número de empresas era menos acentuada (Figura 1).

Já considerando o volume de negócios, o grau de concentração do *Setor Agrícola* no litoral aumentava significativamente, embora existindo maior dispersão do que o verificado no agregado das SNF. Com efeito, enquanto nas SNF os distritos de Lisboa e Porto agregavam, em 2011, cerca de 59% do volume de negócios, no *Setor Agrícola* esse contributo descia para 41%. Em contrapartida, aumentavam os pesos de outros distritos, como por exemplo Santarém (+5 p.p.) e Coimbra (+3 p.p.).

Figura 1

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA POR DISTRITO (2011)



⁷ A localização geográfica refere-se ao distrito de localização da sede da empresa.

Ainda assim, Lisboa era um dos distritos que concentrava mais empresas, emprego e volume de negócios de qualquer uma das atividades consideradas no âmbito do *Setor Agrícola* (15%, 28% e 20%, respetivamente) (Quadro 3).

Quadro 3

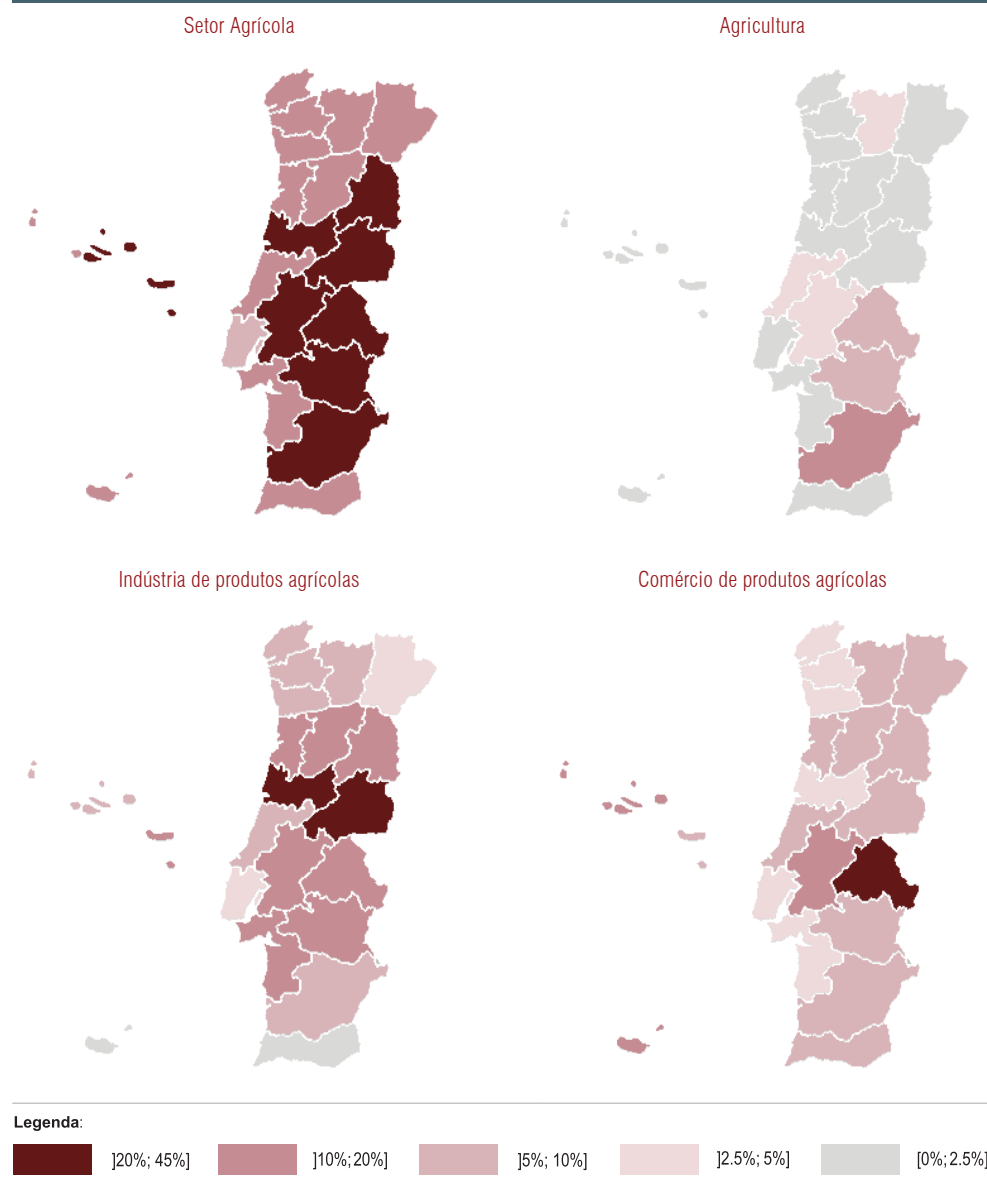
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA POR SEGMENTO DE ATIVIDADE ECONÓMICA (2011)						
	Nº de empresas		Volume de Negócios		Número de Pessoas ao Serviço	
	Distrito (TOP 3)	% do total	Distrito (TOP 3)	% do total	Distrito (TOP 3)	% do total
Agricultura	Lisboa	12.8%	Lisboa	19.5%	Lisboa	14.2%
	Santarém	11.3%	Santarém	15.5%	Santarém	13.5%
	Beja	9.4%	Leiria	10.5%	Beja	10.0%
Indústria de produtos agrícolas	Porto	15.6%	Lisboa	22.6%	Lisboa	16.8%
	Aveiro	15.1%	Porto	14.9%	Porto	15.5%
	Lisboa	11.0%	Aveiro	10.6%	Aveiro	12.9%
Comércio de produtos agrícolas	Lisboa	23.7%	Lisboa	33.8%	Lisboa	30.7%
	Porto	15.2%	Porto	12.2%	Porto	13.3%
	Aveiro	7.7%	Funchal	13.4%	Leiria	6.3%
Setor Agrícola	Lisboa	15.3%	Lisboa	27.5%	Lisboa	19.6%
	Porto	11.8%	Porto	12.9%	Porto	13.3%
	Aveiro	9.0%	Santarém	7.8%	Aveiro	9.6%

Para além de Lisboa, importa ainda salientar a relevância do distrito de Santarém, no que respeita ao segmento *Agricultura* (com 11% das empresas associadas a este segmento de atividade, perto de 16% do volume de negócios e 14% do número de pessoas ao serviço), assim como dos distritos do Porto e Aveiro, no que respeita à *Indústria de produtos agrícolas* (em conjunto, agregavam 31% das empresas e mais de 25% do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço deste segmento de atividade). O *Comércio de produtos agrícolas* concentrava-se sobretudo nos distritos de Lisboa e Porto.

A Figura 2 permite avaliar o peso relativo do volume de negócios do *Setor Agrícola*, bem como dos segmentos de atividade económica que o compõem, no total do volume de negócios das empresas de cada um dos distritos.

Figura 2

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA POR DISTRITO | Peso no total das SNF (Volume de negócios, 2011)



Portalegre (41%), Santarém (34%) e Castelo Branco (31%) eram os distritos onde o *Setor Agrícola* tinha maior peso no volume de negócios gerado pelo total das SNF

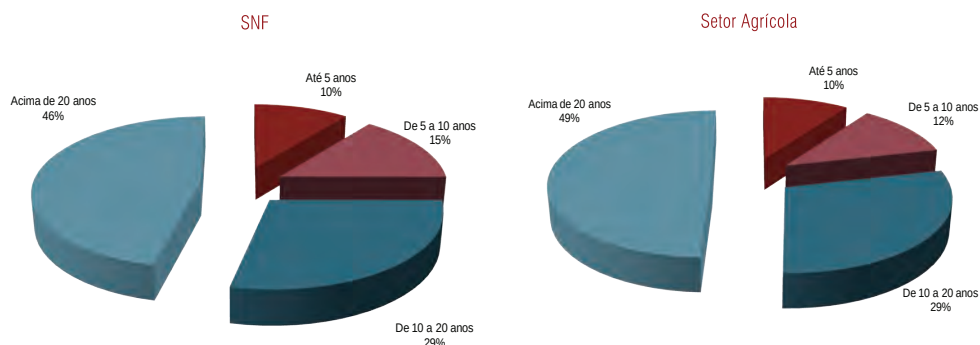
Atendendo a que, em termos globais, o setor em análise representava 13% do volume de negócios das SNF em 2011, é relevante salientar que na maioria dos distritos do interior o peso do volume de negócios destas empresas no total ultrapassava os 20%, com particular destaque para Portalegre (41%), Santarém (34%) e Castelo Branco (31%).

Por segmentos de atividade económica a *Agricultura* destacava-se em Beja (14%), a *Indústria de produtos agrícolas* destacava-se nos distritos de Castelo Branco (23%) e Coimbra (22%), enquanto o *Comércio de produtos agrícolas* tinha particular relevo em Portalegre (24%). Em Santarém os segmentos da *Indústria de produtos agrícolas* e do *Comércio de produtos agrícolas* representavam, cada um, 15% do volume de negócios gerado pelas SNF no distrito.

Em termos da **maturidade das empresas**⁸ o *Setor Agrícola* não diferia substancialmente das SNF, sendo que observava igualmente uma relação direta entre o peso no volume de negócios e a idade das empresas (Gráfico 3).

Gráfico 3

ESTRUTURA POR CLASSES DE MATURIDADE (VOLUME DE NEGÓCIOS - 2011)



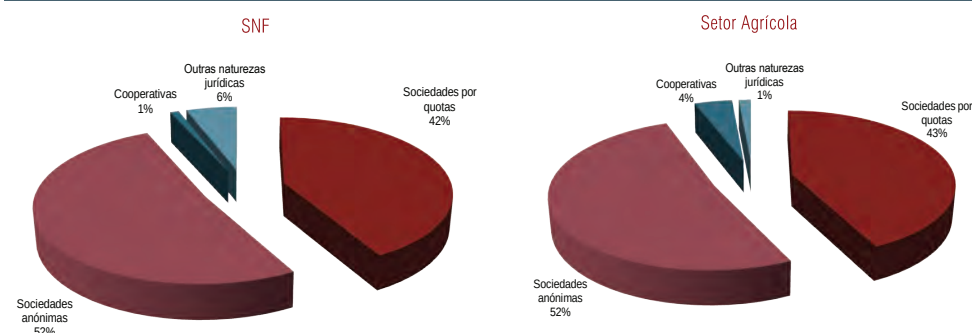
As empresas com mais de 20 anos de atividade eram responsáveis por cerca de metade do volume de negócios do setor

Também quanto à **natureza jurídica**⁹ a situação do *Setor Agrícola* era muito semelhante às SNF em Portugal, com um contributo muito significativo das sociedades anónimas (52%) e das sociedades por quotas (43%) para o volume de negócios do setor. No entanto, é notório o papel mais relevante das cooperativas, que eram responsáveis por 4% do volume de negócios do setor em 2011, enquanto no conjunto das SNF essa parcela era de 1% (Gráfico 4).

As cooperativas tinham um peso no volume de negócios do *Setor Agrícola* (4%) superior ao que tinham no agregado das SNF (1%)

Gráfico 4

ESTRUTURA POR NATUREZA JURÍDICA (VOLUME DE NEGÓCIOS - 2011)



⁸ A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. De forma a definir conjuntos relativamente homogêneos e com significado ao nível da informação compilada, foram construídas quatro classes de maturidade: até 5 anos (inclusive); entre 5 e 10 anos (inclusive); entre 10 e 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos.

⁹ Atendendo à multiplicidade de categorias que o normativo nacional comporta para a classificação das empresas por natureza jurídica, optou-se por destacar apenas as sociedades anónimas, sociedades por quotas e cooperativas, sendo as restantes naturezas jurídicas agregadas sob a designação de "outras".

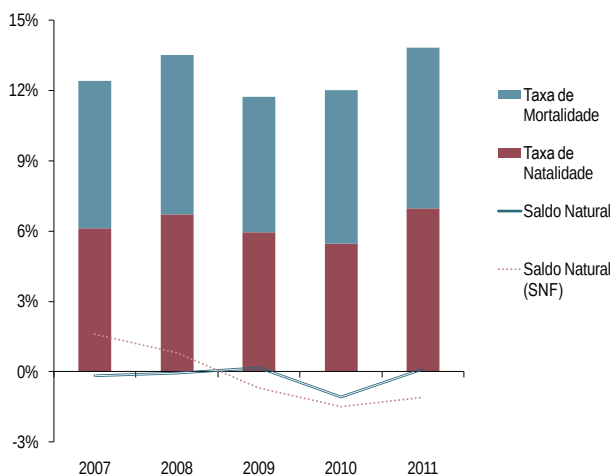
O número de empresas em atividade no setor tem-se mantido relativamente estável

2.2 Dinâmica

A taxa de turbulência¹⁰ no *Setor Agrícola* tem-se situado nos últimos anos em torno dos 13%, igualmente repartidos entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade. O ano de 2010 constitui a única exceção, dado que o número de encerramentos excedeu o número de empresas que iniciaram atividade (Gráfico 5).

Gráfico 5

INDICADORES DEMOGRÁFICOS



O peso relativo do *Setor Agrícola* no total das SNF aumentou nos últimos 3 anos...

Por outro lado, o saldo natural¹¹ do *Setor Agrícola* foi superior ao das SNF nos últimos três anos, tendo implicado um aumento do peso relativo do *Setor Agrícola* no conjunto das SNF em Portugal, em contraponto com a situação registada anteriormente, em que o setor em estudo registou saldos naturais sistematicamente inferiores aos registados nas SNF.

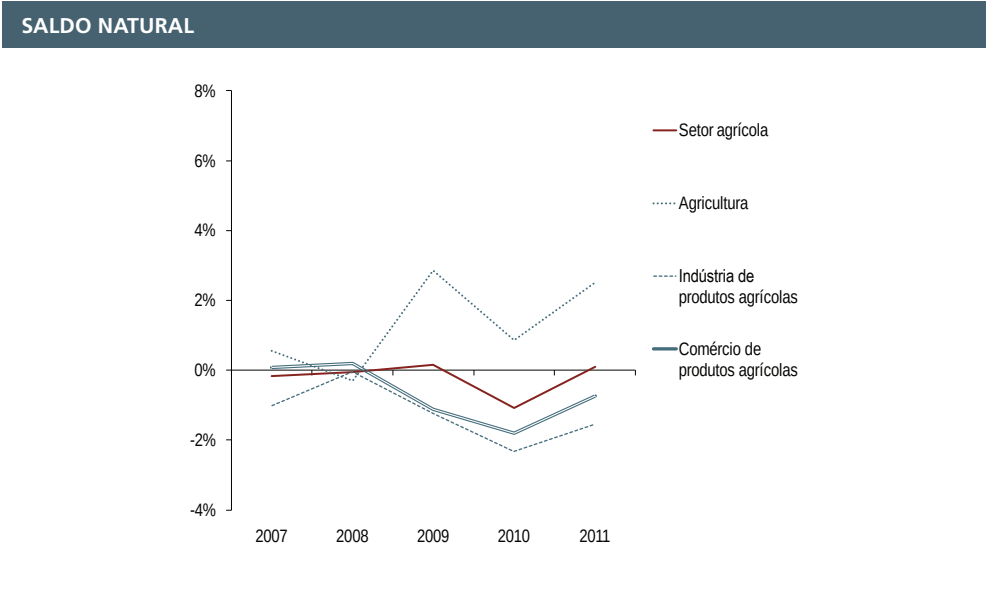
¹⁰ A taxa de turbulência permite aferir a dinâmica de criação e encerramento de empresas numa economia. É calculada através da soma da taxa de natalidade (apurada a partir do rácio entre as empresas que iniciaram a sua atividade e o número de empresas ativas no período de referência) com a taxa de mortalidade (que resulta do rácio entre as empresas que deixaram de manifestar atividade e o número de empresas ativas no período de referência) das empresas.

¹¹ O saldo natural, por oposição à taxa de turbulência, é calculado através da dedução à taxa de natalidade da taxa de mortalidade das empresas.

Por segmentos de atividade económica, tem-se verificado uma recomposição no *Setor Agrícola* atendendo à contração da *Indústria de produtos agrícolas* e do *Comércio de produtos agrícolas* e à expansão da *Agricultura*, sobretudo desde 2008. (Gráfico 6).

... enquanto o segmento da *Agricultura* cresceu, os outros segmentos contrairam-se

Gráfico 6



3 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1 Enquadramento

A crescente pressão dos mercados financeiros internacionais sobre a dívida soberana portuguesa, em virtude, quer da generalização da crise da dívida soberana na área do euro, quer dos receios dos investidores internacionais quanto à sustentabilidade das finanças públicas e da dívida externa portuguesa, conduziu à formalização de um pedido de assistência económica e financeira junto da União Europeia, dos países membros da área do euro e do Fundo Monetário Internacional, em abril de 2011.

O PIB Português
decreceu 1.6%
em 2011

Assim, o ano de 2011 ficou marcado pelo início da adoção de um conjunto de medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural da economia portuguesa, inseridas num vasto programa de assistência económica e financeira delineado com o intuito de devolver à economia as condições necessárias ao seu crescimento sustentado e potenciar o seu financiamento junto dos investidores internacionais num futuro próximo. Em consequência da aplicação destas medidas, era expectável a contração da economia portuguesa no curto prazo. Como tal, em 2011 a atividade económica em Portugal recuou 1.6%, depois de ter crescido 1.9% em 2010. Os fortes decréscimos dos consumos público e privado e do investimento foram atenuados pelo dinamismo do saldo das relações comerciais com o exterior, com uma evolução favorável em contraciclo que contribuiu para uma diminuição das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa (Quadro 4).

No final do
primeiro
semestre
de 2012 a
redução do
PIB ascendeu
a 2.7%
em termos
homólogos

Em 2012 os dados apontam para uma queda do produto no primeiro semestre, em termos homólogos, na ordem dos 2.7%. As estimativas mais recentes do Banco de Portugal apontam para uma queda de 3% no PIB em 2012¹².

Quadro 4

PIB E PRINCIPAIS COMPONENTES | Taxa de crescimento anual

	2008	2009	2010	2011	2012 (1.º Semestre)
PIB	0.0%	-2.9%	1.9%	-1.6%	-2.7%
Consumo privado	1.3%	-2.3%	2.5%	-3.8%	-5.7%
Consumo público	0.3%	4.7%	0.1%	-4.3%	-4.1%
Formação bruta de capital fixo	-0.3%	-8.6%	-3.1%	-10.7%	-15.2%
Exportações	-0.1%	-10.9%	10.2%	7.2%	5.9%
Importações	2.3%	-10.0%	8.0%	-5.9%	-8.1%

Fonte: INE e Banco de Portugal.

¹² Para mais informações acerca da evolução da atividade económica em Portugal, pode ser consultado o *Relatório Anual* do Banco de Portugal, bem como o *Boletim Económico*, divulgado trimestralmente. Ambas as publicações encontram-se disponíveis em <http://www.bportugal.pt>.

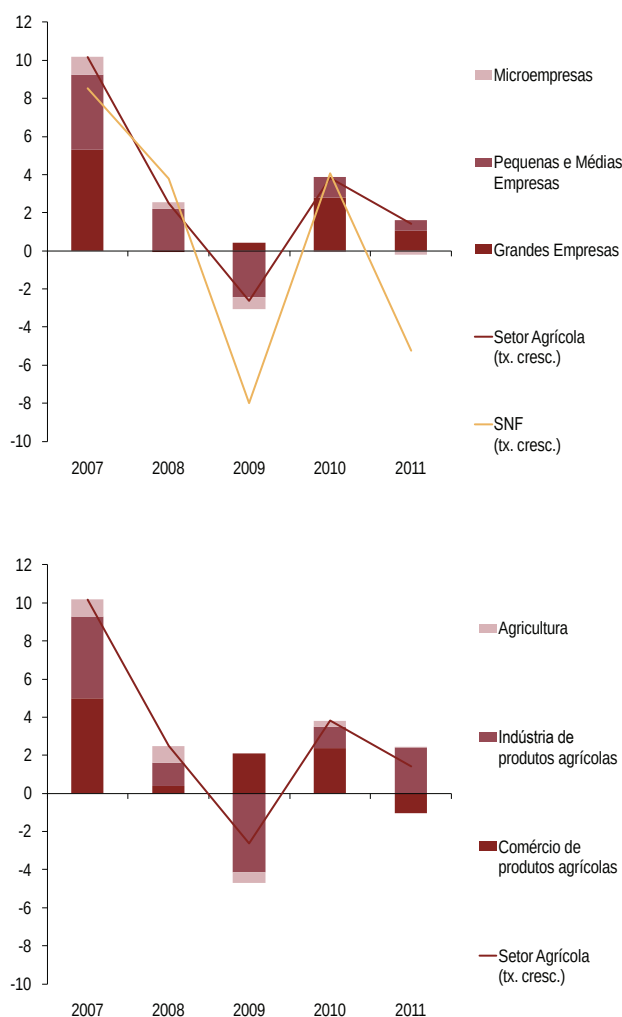
3.2 Atividade e rentabilidade

3.2.1 Volume de negócios¹³

Pese embora o enquadramento macroeconómico desfavorável, de acordo com os dados anuais da Central de Balanços, o volume de negócios do *Setor Agrícola* continuou a crescer em 2011 (1%), ainda que a um nível inferior a 2010 (4%). O setor em análise apresentou um desempenho relativamente mais favorável do que o agregado das SNF, no qual se verificou um decréscimo no volume de negócios de 5% em 2011, depois de um crescimento de 4% em 2010 (Gráfico 7).

Gráfico 7

VOLUME DE NEGÓCIOS | Taxa de crescimento anual (em %) e contributos (em p.p.)



O volume de negócios do *Setor Agrícola* continuou a crescer em 2011 (1%), ainda que a um nível inferior a 2010 (4%). O setor em análise apresentou um desempenho relativamente mais favorável do que o agregado das SNF, no qual se verificou um decréscimo no volume de negócios de 5% em 2011, depois de um crescimento de 4% em 2010 (Gráfico 7).

Para esse crescimento contribuíram as grandes empresas (3%) e as PME (1%) do setor...

Para o desempenho do *Setor Agrícola* foi particularmente relevante o comportamento das grandes empresas que, no seu conjunto, contribuíram em 1 p.p. para a variação registada pelo setor (o volume de negócios desta classe cresceu 3%). Esta tendência foi acompanhada pelas

¹³A "Caixa 1: Relevância do exterior na atividade operacional das empresas do Setor Agrícola" disponibiliza informação complementar sobre o peso do mercado externo na atividade das empresas do setor.

...bem como a *Indústria de produtos agrícolas* (5%)

A situação da generalidade das empresas no *Setor Agrícola* foi mais favorável do que no conjunto das SNF

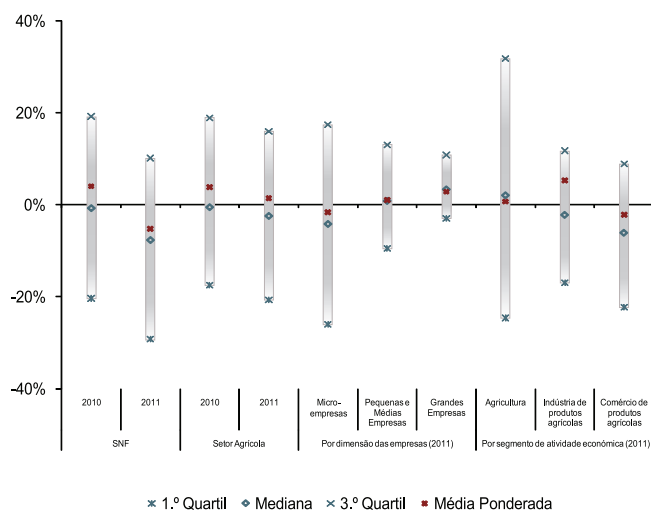
PME (contributo de 0.5 p.p., associado a um crescimento do volume de negócios de 1%), ao passo que as microempresas registaram uma redução no volume de negócios de 2%.

Por segmentos de atividade económica, a variação positiva registada pelo volume de negócios do setor deveu-se essencialmente ao crescimento na *Indústria de produtos agrícolas* (5%), que compensou a queda de 2% verificada no *Comércio de produtos agrícolas*. A *Agricultura* registou um crescimento marginal (1%).

A análise ao nível de cada empresa (Gráfico 8) permite confirmar que a situação da generalidade do *Setor Agrícola* foi mais favorável que a do conjunto das SNF. Com efeito, em 2011 a distribuição das taxas de variação do volume de negócios das empresas degradou-se de forma mais evidente nas SNF do que no *Setor Agrícola*, tendo a mediana, por exemplo, decrescido 7 p.p. no primeiro caso, e apenas 2 p.p. no segundo.

Gráfico 8

VOLUME DE NEGÓCIOS | Distribuição por quartis da taxa de crescimento anual e média ponderada



O Gráfico 8 permite também verificar a existência de uma elevada dispersão de resultados na *Agricultura*, onde mais de metade das empresas registou um acréscimo do volume de negócios em 2011, bem como o facto do crescimento médio de 5% registado na *Indústria de produtos agrícolas* ter resultado de um número reduzido de empresas, dado mais de metade das empresas neste segmento ter registado decréscimos de atividade.

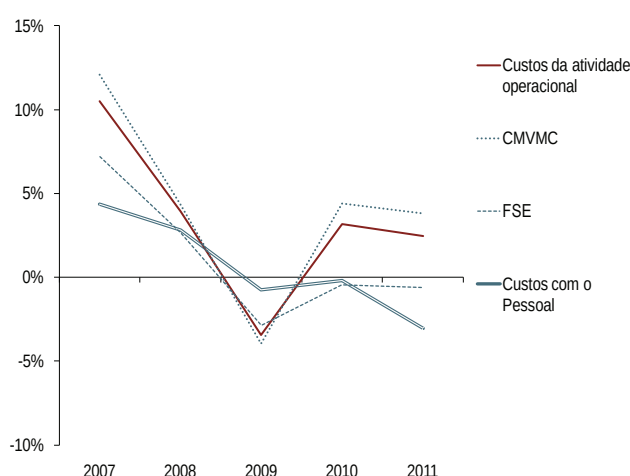
3.2.2 Custos da atividade operacional¹⁴

Os custos da atividade operacional do *Setor Agrícola* seguiram a tendência de evolução do volume de negócios, ainda que em níveis distintos. Em 2011 cresceram 2%, ou seja, cerca do dobro do crescimento verificado no volume de negócios do setor. A análise por componente de custos permite verificar que esta evolução se deveu ao Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC), que aumentou 4% face a 2010. Esta componente foi, aliás, a que em maior medida determinou a evolução agregada dos custos da atividade operacional do *Setor Agrícola* em todo o período 2007-2011, tendo sido, inclusivamente, a única a registar variações positivas em 2010 e 2011 (Gráfico 9).

Os custos operacionais cresceram 2% em 2011, em resultado do crescimento de 4% no CMVMC

Gráfico 9

CUSTOS DA ATIVIDADE OPERACIONAL | Taxa de crescimento anual



Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e os custos com o pessoal, por seu turno, decresceram ambos (1% e 3%, respetivamente). Os custos com o pessoal destacaram-se em 2011 por terem decrescido mais do que as restantes componentes, o que se verificou pela primeira vez no período em análise. Esta maior flexibilidade esteve em consonância com o verificado no agregado das SNF, no âmbito do qual os custos com o pessoal caíram 6% em 2011.

Os custos com o pessoal destacaram-se por terem decrescido mais do que as restantes componentes

A estrutura dos custos da atividade operacional do *Setor Agrícola* explica o forte impacto que o CMVMC tem na evolução do agregado. De facto, o CMVMC representava, em 2011, 76% dos custos da atividade operacional do *Setor Agrícola*, enquanto os FSE representavam 15% e os custos com pessoal apenas 9% (Quadro 5). Comparativamente com as SNF, o *Setor Agrícola* revelava um maior peso do CMVMC (+18 p.p.), que era compensado por uma menor relevância, tanto dos FSE (-11 p.p.), como dos custos com o pessoal (-6 p.p.).

O CMVMC representava 76% dos custos da atividade operacional do *Setor Agrícola*, enquanto os FSE representavam 15% e os custos com o pessoal apenas 9%

¹⁴ O agregado "custos da atividade operacional" procura fazer um paralelismo com o que no POC era definido por custos operacionais, agregando apenas as rubricas mais relevantes destes: Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC), Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Custos com o Pessoal.

Todas as classes de dimensão das empresas do *Setor Agrícola* apresentavam sensivelmente a mesma estrutura de custos da atividade operacional, ainda que as empresas de menor dimensão (microempresas e PME) apresentassem maiores parcelas afetas aos custos com o pessoal. Já atendendo aos segmentos de atividade económica do *Setor Agrícola*, enquanto na *Agricultura* os FSE e os custos com o pessoal tinham um maior peso relativo, tal como no conjunto das SNF em Portugal (superior a 40%), no *Comércio de produtos agrícolas* o seu peso conjunto ficava-se por 13%.

Quadro 5

CUSTOS DA ATIVIDADE OPERACIONAL | Taxa de crescimento anual e estrutura (entre parêntesis) (2011)

	Por dimensão das empresas:					Por segmento de atividade económica:		
	SNF	Setor Agrícola	Microemp.	PME	Grandes Empresas	Agricultura	Ind. de produtos agrícolas	Comércio de produtos agrícolas
Custos da atividade operacional	-4.0%	2.5%	-0.8%	2.0%	4.2%	3.0%	7.7%	-2.2%
CMVMC	-1.3%	3.8%	-1.1%	3.5%	5.8%	5.4%	10.9%	-1.1%
	(59%)	(76%)	(72%)	(78%)	(76%)	(57%)	(68%)	(87%)
FSE	-8.5%	-0.6%	1.9%	-1.7%	-0.4%	0.8%	3.7%	-10.4%
	(26%)	(15%)	(17%)	(13%)	(17%)	(28%)	(20%)	(8%)
Custos com o pessoal	-6.3%	-3.0%	-2.2%	-4.4%	-0.8%	-1.5%	-1.8%	-6.8%
	(15%)	(9%)	(11%)	(10%)	(7%)	(15%)	(13%)	(5%)

Na *Indústria de produtos agrícolas* registou-se uma forte subida dos custos operacionais (8%), sustentada pelo crescimento do CMVMC (11%)

Em termos da taxa de crescimento dos custos da atividade operacional, é de notar que esta aumentou com a dimensão das empresas (-1% nas microempresas e 4% nas grandes empresas do setor). Por segmento de atividade económica, realce para a forte subida verificada na *Indústria de produtos agrícolas* (8%), explicada por um forte crescimento do CMVMC (11%), e para o decréscimo no *Comércio de produtos agrícolas* (2%), sustentado por todas as componentes de custos. Destaque, por último, para a diminuição dos custos com o pessoal em todas as classes de dimensão e segmentos de atividade económica.

CAIXA 1 - RELEVÂNCIA DO EXTERIOR NA ATIVIDADE OPERACIONAL DAS EMPRESAS DO SETOR AGRÍCOLA

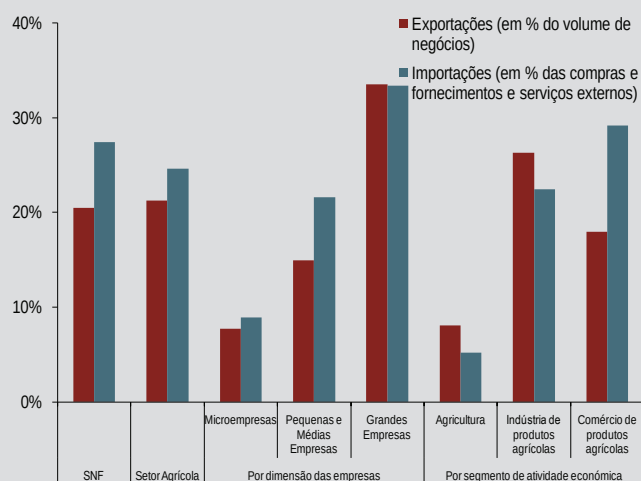
Procede-se nesta *Caixa* à avaliação da importância do mercado externo na atividade operacional das empresas do *Setor Agrícola*, com base nos dados disponíveis na Central de Balanços do Banco de Portugal¹⁵.

As exportações de bens e serviços do *Setor Agrícola* diminuíram 5% em 2011. Esta evolução contrasta com a verificada no conjunto das SNF (crescimento de 6% em 2011). Tendo em consideração que o volume de negócios do *Setor Agrícola* cresceu em 2011, ainda que marginalmente (1%), pode então concluir-se que o mercado interno ganhou relevância nesta atividade, em detrimento do mercado externo (peso no volume de negócios de 21% em 2011, que compara com 23% em 2010).

O Gráfico 1.1 mostra que, em 2011, o setor exportou menos, em percentagem do volume de negócios, do que importou, em percentagem das compras e fornecimentos e serviços externos. Este não foi, todavia, o comportamento de todos os agregados de atividade económica que compõem o *Setor Agrícola*.

Gráfico 1.1

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS (2011)



À semelhança do verificado no agregado das SNF, também no *Setor Agrícola* o peso das exportações no volume de negócios crescia com a dimensão das empresas: 8% nas microempresas, 15% nas PME e 34% nas grandes empresas, situação similar à registada ao nível do peso das importações nas compras e fornecimentos e serviços externos: 9%; 22% e 33%, respetivamente.

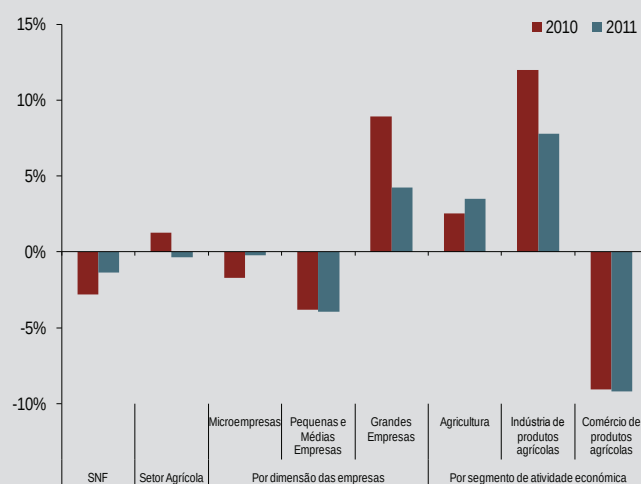
Por segmentos de atividade económica, a *Indústria de produtos agrícolas* e o *Comércio de produtos agrícolas* apresentavam as maiores parcelas de mercado externo, quer no volume de negócios, quer nas compras e fornecimentos e serviços externos. Por seu lado, a *Agricultura* mostrava menor abertura ao exterior, com o mercado externo a justificar apenas 8% do volume de negócios e 5% das compras e fornecimentos e serviços externos desta atividade.

¹⁵ Os dados reportados pelas empresas no âmbito da IES relativamente a operações de exportação e de importação de bens e serviços são sujeitos a controlo de qualidade no Banco de Portugal por confronto, nomeadamente, com os dados da balança de pagamentos. Ainda assim, o controlo que é possível efetuar não garante que os dados finais de cada empresa na IES sejam totalmente coincidentes com os dados que sobre ela constam nas estatísticas do comércio internacional.

O saldo das transações de bens e serviços com o exterior, em percentagem do volume de negócios, reflete que, em 2011, as importações do *Setor Agrícola* excederam as exportações em 0.3% do volume de negócios, o que representou uma deterioração da situação registada em 2010, ano em que o saldo com o exterior tinha sido positivo (saldo exportador líquido equivalente a mais de 1% do volume de negócios do setor) (Gráfico 1.2).

Gráfico 1.2

TRANSAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS COM O EXTERIOR (SALDO EM 2010 E 2011)



As grandes empresas e os segmentos associados à *Agricultura* e à *Indústria de produtos agrícolas* obtiveram saldos positivos na sua atividade com o exterior. No entanto, de 2010 para 2011, apenas a *Agricultura* cresceu neste indicador (+1 p.p.), dado que a *Indústria de produtos agrícolas* e a classe das grandes empresas registaram decréscimos de 4 p.p. e 5 p.p., respetivamente. As PME e o *Comércio de produtos agrícolas* mantiveram-se em 2011 com os saldos mais negativos face ao exterior.

3.2.3 EBITDA¹⁶

O EBITDA do *Setor Agrícola* decresceu 13% em 2011, depois de ter crescido 11% em 2010. Ainda assim, o decréscimo verificado em 2011 neste setor compara favoravelmente com o verificado nas SNF (29%)¹⁷ (Gráfico 10). A expansão dos custos da atividade operacional das empresas do *Setor Agrícola* determinou 12 p.p. dos 13% de queda registados pelo EBITDA.

A diminuição do EBITDA foi sentida em todos os segmentos de atividade económica e classes de dimensão do setor. As microempresas registaram uma queda de 28% (contributo de 3 p.p. para redução do EBITDA do setor), mas coube às PME o maior contributo negativo (7 p.p.), com uma queda do respetivo EBITDA de 19%. Ao nível dos segmentos de atividade económica os contributos foram relativamente equilibrados.

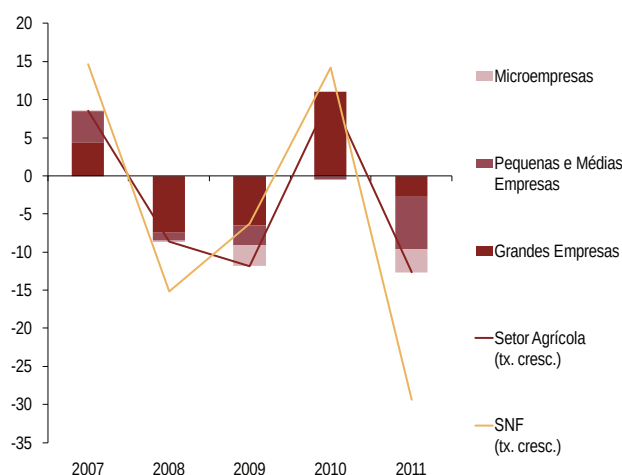
De salientar, por último, que, ao longo do período analisado, o comportamento do EBITDA do *Setor Agrícola* foi genericamente acompanhado pelas várias classes de dimensão e segmentos de atividade económica, que apresentaram evoluções positivas em períodos de expansão do EBITDA do setor e evoluções negativas em períodos de contração.

O EBITDA do *Setor Agrícola* decresceu 13% em 2011

Todos os segmentos de atividade económica e classes de dimensão verificaram um decréscimo no EBITDA...

Gráfico 10

EBITDA | Taxa de crescimento anual (em %) e contributos (em p.p.)



A análise dos dados individuais mostra que, não obstante a evolução desfavorável do EBITDA em 2011, o aumento do número de empresas com EBITDA negativo não foi muito expressivo (cerca de 3 p.p.), tal como se verificou no conjunto das SNF (Quadro 6). Em 2011, 32% das empresas do *Setor Agrícola* apresentaram EBITDA negativo, proporção que compara com 37% no conjunto das SNF.

... no entanto, não foi muito expressivo o aumento do número de empresas com EBITDA negativo (3 p.p., para 32%)

¹⁶ EBITDA, que representa a sigla da expressão inglesa *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, é entendido como o resultado do exercício acrescido dos custos registados por conta de juros, impostos, depreciações e amortizações.

¹⁷ O decréscimo de 29% verificado em 2011 reflete não só o pior desempenho operacional das SNF no último ano, como também o forte crescimento registado no EBITDA em 2010 (14%), muito influenciado pelos proveitos originados pela alienação da posição da *Portugal Telecom* na Vivo.

Quadro 6

EBITDA Peso das empresas com EBITDA negativo								
	SNF	Setor Agrícola	Por dimensão das empresas:			Por segmento de atividade económica:		
			Microemp.	PME	Grandes Empresas	Agricultura	Ind. de produtos agrícolas	Comércio de produtos agrícolas
2010	33.3%	28.6%	31.8%	14.9%	8.7%	28.7%	28.3%	28.8%
2011	36.5%	32.0%	35.0%	18.4%	14.0%	31.2%	32.9%	31.9%

A proporção de empresas com EBITDA negativo foi menor nas classes de dimensão superior (14% nas grandes empresas)

Por dimensão das empresas, verifica-se que a proporção de empresas com EBITDA negativo é menor nas classes de dimensão superior. Em 2011, 35% das microempresas do *Setor Agrícola* registaram EBITDA negativo, enquanto no conjunto das grandes empresas esta proporção se cifrou em 14%. Esta foi, não obstante, a classe em que esta parcela aumentou de forma mais significativa (5 p.p., em 2011). Ao nível dos diferentes segmentos de atividade económica, verificou-se um grande equilíbrio neste indicador.

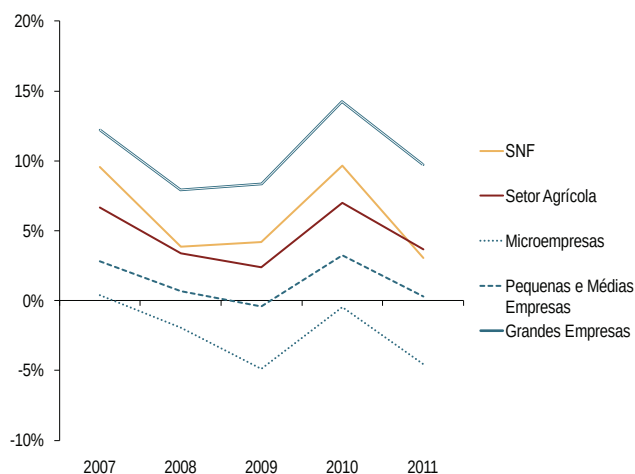
3.2.4 Rendibilidade dos capitais próprios¹⁸

Em 2011 a rendibilidade dos capitais próprios do setor (4%) superou a das SNF (3%)

No período 2007-2010 a rendibilidade dos capitais próprios do *Setor Agrícola* acompanhou a tendência exibida pelas SNF, embora mantendo-se sempre num nível inferior. Em 2011, todavia, a rendibilidade do *Setor Agrícola* (4%) superou a do agregado das SNF em Portugal (3%), dada a menor contração da rendibilidade dos capitais próprios do setor (3 p.p.) por comparação com a do conjunto das SNF (contração de 7 p.p.) (Gráfico 11).

Gráfico 11

RENDIBILIDADE DOS CAPITALS PRÓPRIOS



¹⁸ Calculada através do rácio entre o resultado líquido do exercício e os capitais próprios, esta rendibilidade mede o retorno obtido pelo capital investido pelos acionistas/sócios. Note-se que a rendibilidade dos capitais próprios, como se refere no *Estudo da Central de Balanços* | 6, dezembro de 2011 – *Novos Quadros da Empresa e do Setor: Adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística*, é calculada, em termos individuais, apenas para as empresas com níveis de capitais próprios positivos.

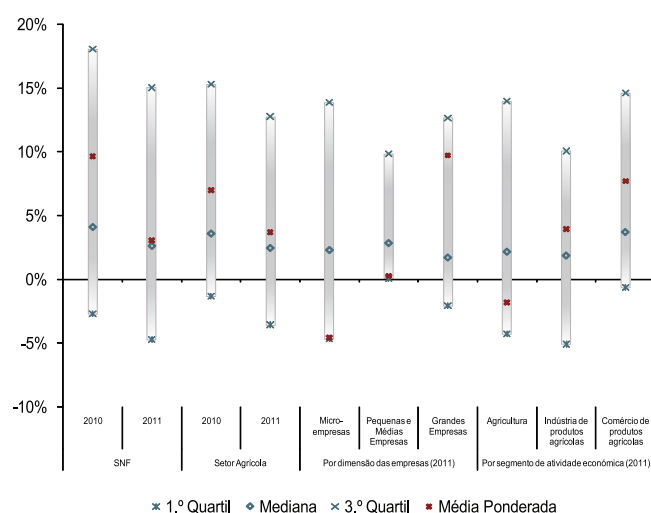
No *Setor Agrícola* a rentabilidade dos capitais próprios crescia com a classe de dimensão das empresas. Assim, em 2011 a rentabilidade das microempresas foi de -5% (no período analisado, apenas em 2007 este conjunto de empresas registou uma rentabilidade positiva), enquanto nas PME este indicador situou-se em 0.3% e nas grandes empresas ascendeu a perto de 10%.

Esta relação encontra algum paralelismo quando analisados os segmentos de atividade económica que compõem o *Setor Agrícola*, com a rentabilidade dos capitais próprios da *Agricultura* a situar-se em 2011 em -2%, a da *Indústria de produtos agrícolas* em 4% e a do *Comércio de produtos agrícolas* em 8%.

A distribuição por quartis das rentabilidades das empresas do *Setor Agrícola* mostra que a situação do setor está muito em linha com o verificado no agregado das SNF. Realce igualmente para o facto da diferença entre o valor central (mediana) da distribuição (3%) e a média ponderada das observações (4%) se ter esbatido em 2011 para 1 p.p., depois de ter atingido mais de 3 p.p. em 2010 (Gráfico 12). Este resultado revela que a média sofreu em 2011 menor enviesamento causado por valores extremos, sendo assim mais representativa da situação da generalidade das empresas do setor.

Gráfico 12

RENTABILIDADE DOS CAPITALIS PRÓPRIOS | Distribuição por quartis e média ponderada



A análise desta distribuição permite ainda verificar que a maior parte das microempresas e das PME apresentou rentabilidades positivas, não obstante a rentabilidade média dessas classes de dimensão ter sido negativa e marginalmente nula, respetivamente. No caso das PME, a proporção de empresas com rentabilidade dos capitais próprios positiva ultrapassou mesmo os 75%, tendo-se verificado menor dispersão entre as rentabilidades das empresas desta classe. Nas grandes empresas, o nível elevado da rentabilidade média resultou do impacto de um grupo reduzido de empresas, dado que metade das empresas desta classe de dimensão registou rentabilidades inferiores a 2%.

A rentabilidade cresce com a classe de dimensão das empresas...

...enquanto por segmento de atividade a rentabilidade da *Agricultura* (-2%) contrastava com a da *Indústria de produtos agrícolas* (4%) e do *Comércio de produtos agrícolas* (8%)

Apesar da rentabilidade média negativa, a maioria das microempresas registou rentabilidades positivas

A rentabilidade média superior do *Comércio de produtos agrícolas* refletia a situação da maioria das empresas do segmento

Por segmento de atividade económica, importa destacar a distribuição das rentabilidades das empresas do *Comércio de produtos agrícolas*, com valores mais elevados ao nível do primeiro quartil (-1%), da mediana (4%) e do terceiro quartil (15%), indiciando que o valor superior da rentabilidade média, face aos demais segmentos de atividade do *Setor Agrícola*, refletia a situação da maioria das empresas do segmento. Pelo contrário, o nível médio mais baixo da rentabilidade da *Agricultura* não traduz rentabilidades mais baixas das empresas do segmento, sendo antes reflexo das rentabilidades reduzidas verificadas por um subconjunto de empresas com relevância naquela atividade.

A parcela de empresas com capitais próprios negativos no *Setor Agrícola* (24%) foi inferior à das SNF (27%)

Por último, importa ter presente que a rentabilidade dos capitais próprios apenas foi calculada, em termos individuais, para as empresas com capitais próprios positivos, o que implicou, no caso do *Setor Agrícola*, a exclusão de 24% das empresas em 2011. Esta proporção cresceu 1 p.p. face a 2010, sendo, ainda assim, menor do que a verificada no agregado das SNF em Portugal (27%).

Por dimensão das empresas do *Setor Agrícola*, a insuficiência de capitais próprios verificou-se, em 2011, em 27% das microempresas e em 10% das PME. Na classe das grandes empresas não se identificou nenhuma empresa nessa situação. Atendendo ao segmento de atividade económica, a situação de capitais próprios negativos foi registada em 25% das empresas da *Indústria de produtos agrícolas* e do *Comércio de produtos agrícolas*, ao passo que na *Agricultura* essa parcela descia para 23%.

3.3 Situação financeira

3.3.1 Estrutura financeira

A autonomia financeira do setor (37%) era superior à do agregado das SNF (33%)

De acordo com a informação da Central de Balanços, o rácio de autonomia financeira do *Setor Agrícola* situou-se em 37% em 2011 (+1 p.p. do que em 2010), acima dos 33% verificados no agregado das SNF. Conforme se pode observar no Gráfico 13, verificou-se também em 2011 um ligeiro aumento da heterogeneidade entre as empresas do setor, em resultado, quer do aumento do valor do 3.º quartil, quer da diminuição do valor do 1.º quartil. Deste modo, o intervalo interquartis dos rácios de autonomia financeira das empresas do setor passou de 52 p.p. em 2010, para 55 p.p. em 2011, tendo-se mantido a mediana nos 25%.

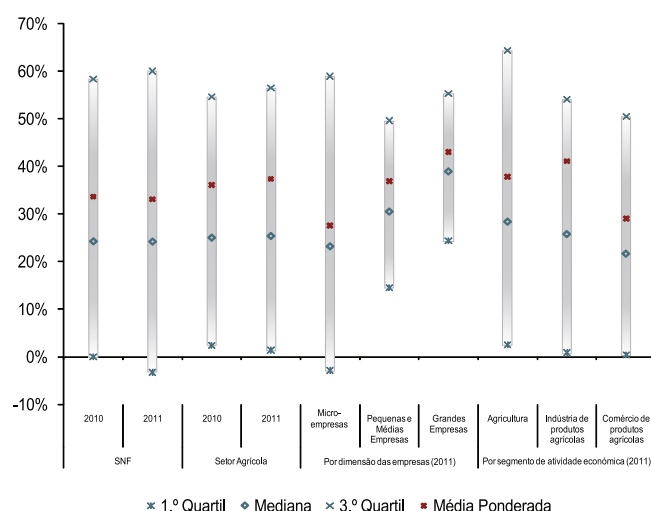
Em 2011 verificou-se que, em termos médios e para a generalidade das empresas, a autonomia financeira do *Setor Agrícola* crescia com a classe de dimensão das empresas (observável ao nível dos valores da média e da mediana). Por outro lado, é notória a maior dispersão de valores na classe das microempresas.

A *Indústria de produtos agrícolas* exibiu o maior grau de autonomia financeira (41%) e o *Comércio de produtos agrícolas* o menor (29%)

Por segmento de atividade económica, em termos médios, a *Indústria de produtos agrícolas* exibiu o maior grau de autonomia financeira (41%) e o *Comércio de produtos agrícolas* o menor (29%). No entanto, quando se analisa a distribuição dos rácios das empresas, verifica-se que todos os quartis da *Agricultura* são mais elevados, o que revela que a generalidade das empresas a operar nesta atividade apresentava níveis de autonomia financeira superiores.

Gráfico 13

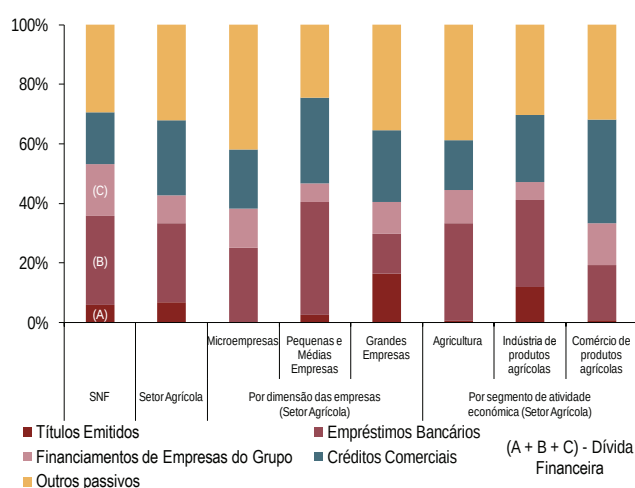
AUTONOMIA FINANCEIRA | Distribuição por quartis e média ponderada



Considerando o valor da mediana da distribuição da autonomia financeira das empresas do *Setor Agrícola* (25%), verifica-se que em metade das empresas do setor, pelo menos, 75% do ativo era financiado por capital alheio. Uma análise mais detalhada dessa componente revela que em 2011 a dívida financeira e os créditos comerciais representavam, no seu conjunto, 68% do passivo do *Setor Agrícola*, um pouco menos do que no agregado das SNF, onde o peso destas rubricas ascendia a 71% (Gráfico 14). No entanto, é possível verificar que os créditos comerciais tinham maior relevância no *Setor Agrícola* (25%) do que nas SNF (17%), acontecendo o inverso com os empréstimos bancários (27%, que compara com 30%).

Gráfico 14

ESTRUTURA DO PASSIVO (2011)



Nota: A dívida financeira corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pela empresa, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, por empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, ou ainda junto de empresas do grupo. Foram excluídas da análise as componentes do passivo consideradas eminentemente contabilísticas, como sejam os diferimentos e as provisões. Desta forma, a classe "Outros passivos" incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, dívidas a acionistas/sócios, outros passivos correntes e outras contas a pagar.

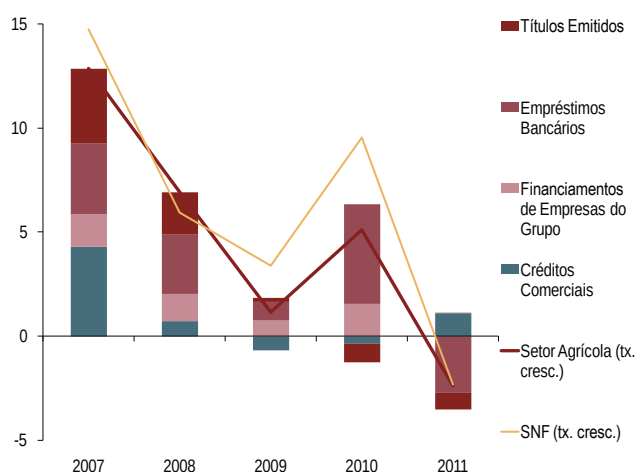
Os empréstimos bancários eram uma fonte de financiamento relevante em todas as classes de dimensão, ainda que nas grandes empresas fossem superados pelos títulos de dívida

A importância relativa de cada uma destas fontes de financiamento apresenta algumas divergências entre as diversas classes de dimensão e segmentos de atividade económica. Os empréstimos bancários¹⁹ eram uma fonte de financiamento relevante em todas as classes de dimensão sendo, no entanto, de destacar o menor peso que exibiam nas grandes empresas (13%), onde eram superados pelos títulos de dívida (17%). Por segmentos de atividade económica evidencia-se o peso dos créditos comerciais no *Comércio de produtos agrícolas* (35%), onde superaram os empréstimos bancários como fonte de financiamento alheio. Por último, a emissão de títulos de dívida²⁰ só se destacou na *Indústria de produtos agrícolas*.

A evolução conjunta da dívida financeira e dos créditos comerciais no *Setor Agrícola* seguiu a mesma tendência verificada no total das SNF (redução de 2%) (Gráfico 15). Em ambos os agregados, os empréstimos bancários justificaram uma parte significativa dessa redução (-3 p.p. no *Setor Agrícola* bem como no total das SNF), mas no *Setor Agrícola* os créditos comerciais compensaram parcialmente essa redução (contributo positivo de 1 p.p.), em contraste com o verificado no agregado das SNF (contributo de -1 p.p.). O decréscimo dos empréstimos bancários em 2011 merece realce, dado que nos anos imediatamente anteriores esta componente teve sempre contributos positivos.

Gráfico 15

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA E DOS CRÉDITOS COMERCIAIS | Taxa de crescimento anual (em %) e contributos (em p.p.)



¹⁹ A "Caixa 2: Empréstimos obtidos junto de instituições de crédito residentes em Portugal – Caracterização com base na Central de Responsabilidades de Crédito" disponibiliza informação complementar sobre esta fonte de financiamento.

²⁰ A "Caixa 3: Crédito obtido através da emissão de títulos de dívida – Caracterização com base no Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos" disponibiliza informação complementar sobre esta fonte de financiamento.

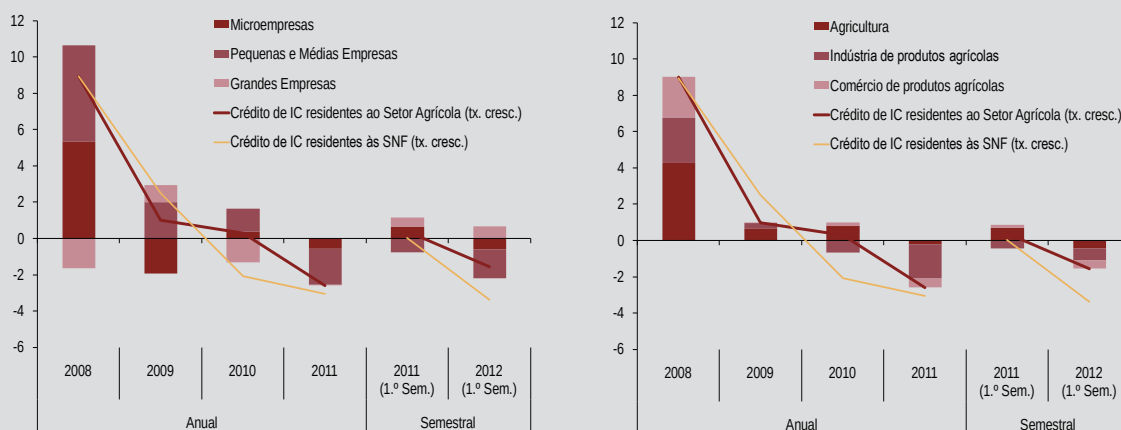
CAIXA 2 - EMPRÉSTIMOS OBTIDOS JUNTO DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO RESIDENTES EM PORTUGAL – CARACTERIZAÇÃO COM BASE NA CENTRAL DE RESPONSABILIDADES DE CRÉDITO²¹

Os empréstimos obtidos junto de instituições de crédito (IC) foram a principal componente da dívida financeira do *Setor Agrícola* em 2011 (62%). Com base na informação disponível na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, procede-se nesta *Caixa* à análise da componente relacionada com os empréstimos obtidos junto de IC²² residentes em Portugal. Em 2011 cerca de 68% das empresas do setor tinham empréstimos contraídos junto de IC residentes.

A evolução do crédito concedido ao *Setor Agrícola* tem seguido genericamente a tendência observada para o agregado das SNF em Portugal. Não obstante, o crédito ao setor apenas começou a recuar em 2011, enquanto para o agregado das empresas em Portugal tal verificou-se logo em 2010 (Gráfico 2.1). No final do primeiro semestre de 2012 os empréstimos obtidos pelas empresas do *Setor Agrícola* junto de IC residentes tinham diminuído 2% face ao final de 2011. Esta evolução sucedeu a um decréscimo anual de 3% observado no final de 2011.

Gráfico 2.1

EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO OBTIDO JUNTO DE IC RESIDENTES | Taxa de crescimento (em %) e contributos (em p.p.) – valores no final do período



Por dimensão das empresas, pese embora todas as classes tivessem verificado uma retração do crédito, o maior contributo para a evolução verificada em 2011 no setor foi dado pelas PME, que registaram uma taxa de variação anual de -3%. No primeiro semestre de 2012, enquanto as microempresas e as PME continuaram a verificar uma redução do montante de empréstimos bancários, as grandes empresas inverteram a tendência e viram o seu crédito crescer 5% face ao final de 2011.

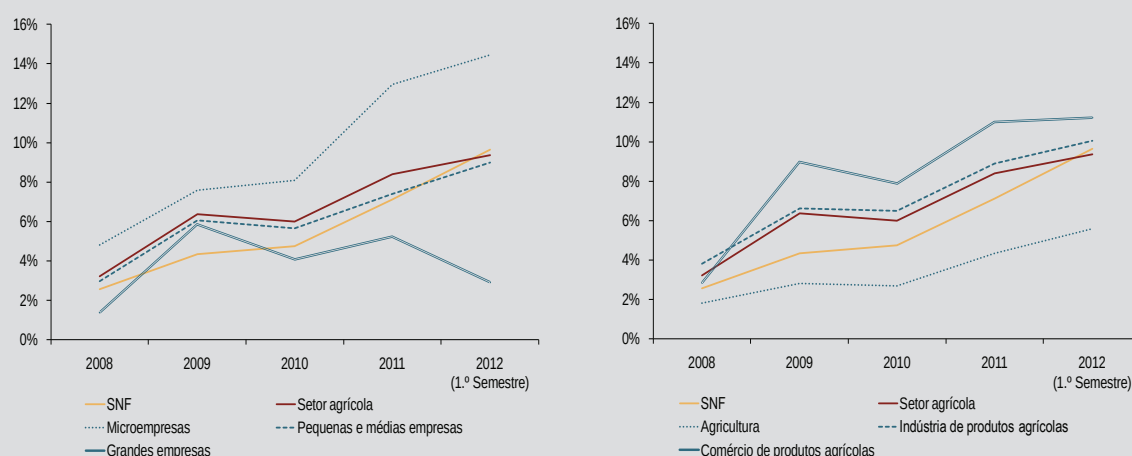
²¹ A Central de Responsabilidade de Crédito é uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal com informação prestada pelas entidades participantes (instituições residentes que concedem crédito) sobre os créditos concedidos. Para mais informação, pode ser consultado o *Suplemento 1|2005 ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal, Utilização da Central de Responsabilidades de Crédito no âmbito das Estatísticas Monetárias e Financeiras*.

²² Incluem, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo (genericamente designados por "bancos" neste *Estudo*), bem como sociedades de *factoring*, sociedades financeiras para aquisições a crédito e sociedades de locação financeira. De notar que mais de 95% do crédito concedido a SNF em 2011 por instituições de crédito residentes teve origem em bancos.

Por segmentos de atividade económica, é possível constatar que todas as atividades contribuíram negativamente para a evolução do crédito bancário ao *Setor Agrícola*. A *Indústria de produtos agrícolas* registou a maior contração do crédito (3%) no final de 2011, por comparação com o final de 2010, o que aliado ao facto desta atividade agregar cerca de metade do crédito bancário concedido ao *Setor Agrícola* no final de 2011, a tornou responsável por 72% da diminuição do crédito ao setor. No final do primeiro semestre de 2012 manteve-se a tendência de diminuição de crédito bancário em todos os segmentos de atividade económica, tendo-se verificado um maior equilíbrio nos respetivos contributos para a evolução agregada do *Setor Agrícola*.

Gráfico 2.2

RÁCIOS DE CRÉDITO VENCIDO (no final do período)



Ao nível dos indicadores de incumprimento é de destacar o facto de, no final do primeiro semestre de 2012, o rácio de crédito vencido²³ do *Setor Agrícola* (9%) ter ficado abaixo do registado pelas SNF (10%) pela primeira vez no período em análise (Gráfico 2.2).

Esta situação ficou a dever-se ao comportamento das grandes empresas, que viram reduzir substancialmente o rácio de crédito vencido. De facto, no final do primeiro semestre de 2012 o rácio desceu para 3%, que compara com 5% no final de 2011 e 6% no final de 2009.

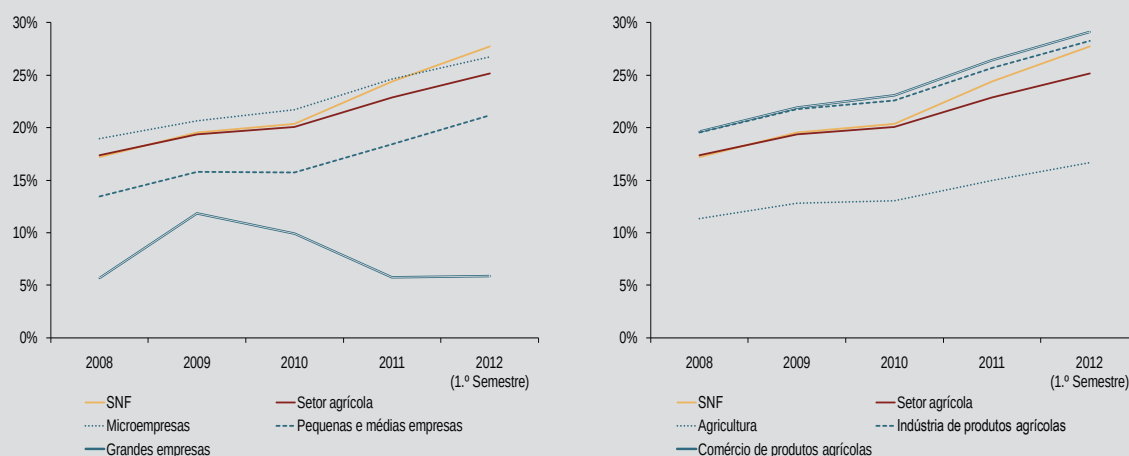
Por segmentos de atividade económica, no final do primeiro semestre de 2012, o *Comércio de produtos agrícolas* e a *Indústria de produtos agrícolas* apresentavam rácios de crédito vencido de, respetivamente, 11% e 10%, enquanto na *Agricultura* este rácio se situava abaixo de 6%. Por comparação com o final de 2011, a *Indústria de produtos agrícolas* e a *Agricultura* registaram o maior agravamento (aumento de 1 p.p., cada).

Para o rácio de crédito vencido do *Setor Agrícola*, no final do primeiro semestre de 2012, contribuíram 25% das empresas com crédito junto de IC residentes, situação que compara com 23% no final de 2011 e 17% no final de 2008 (Gráfico 2.3). No conjunto das SNF, esta proporção era de 28% no final do primeiro semestre de 2012 e de 24% no final de 2011.

²³ Para o rácio de crédito vencido é utilizada a informação sobre créditos concedidos por IC residentes da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, sendo calculada a proporção dos montantes de crédito vencido no total de crédito concedido. O crédito considera-se vencido quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de crédito podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se, relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado.

Gráfico 2.3

EMPRESAS COM CRÉDITO VENCIDO (no final do período)



A classe das microempresas apresentou a maior proporção de empresas em incumprimento (27%, no final do primeiro semestre de 2012), enquanto as grandes empresas situaram-se no extremo oposto (6%). Neste ponto importa referir que a parcela de empresas com crédito vencido nas microempresas e nas PME tem vindo sempre a crescer, enquanto nas grandes empresas, pelo contrário, tem vindo a reduzir-se desde 2009, ano em que apresentou um valor de 12%.

Por segmentos de atividade económica, 29% das empresas do *Comércio de produtos agrícolas* e 28% das empresas da *Indústria de produtos agrícolas* apresentavam crédito vencido no final do primeiro semestre de 2012. Já na *Agricultura* essa proporção era de 17%. A evolução deste rácio tem sido semelhante nas várias atividades, sendo, no entanto, de notar um menor crescimento no período 2010-2012 do que o verificado no agregado das SNF.

Os juros suportados cresceram 23% no *Setor Agrícola* e 18% no agregado das SNF...

... tendo este crescimento sido particularmente notório nas grandes empresas (44%) e nas PME (19%)

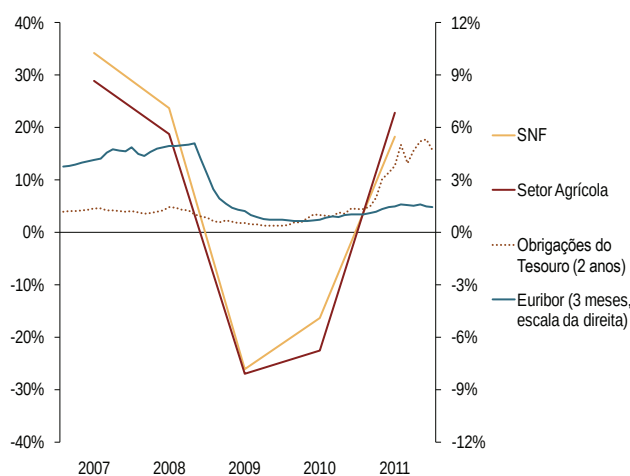
3.3.2 Custos financeiros e solvabilidade

Em 2011 os custos de financiamento das empresas refletiram os efeitos da crise da dívida soberana da área do euro, tendo os juros suportados crescido 23% no *Setor Agrícola*, que compara com 18% no agregado das SNF (Gráfico 16).

O acréscimo dos juros suportados no setor foi particularmente notório nas grandes empresas (44%) e nas PME (19%), enquanto nas microempresas o crescimento foi de, apenas, 1%. Por segmentos de atividade económica o agravamento dos juros suportados foi generalizado. Ainda assim, o maior crescimento ocorreu no *Comércio de produtos agrícolas* (43%) e o menor na *Agricultura* (11%).

Gráfico 16

JUROS SUPORTADOS | Taxa de crescimento anual e taxas de juro de mercado



A pressão financeira sobre o *Setor Agrícola* (20%) foi menor do que sobre o agregado das SNF (28%), tendo aumentado 6 p.p. face a 2010 (11 p.p. no total das SNF)

Ao longo de todo o período analisado a pressão financeira sobre o *Setor Agrícola* foi menor do que a verificada sobre o agregado das SNF (Gráfico 17). Em 2011 cerca de 20% do EBITDA gerado pelo setor foi utilizado para pagamento de juros, enquanto no agregado das SNF essa proporção foi de 28%. Estes valores refletem um aumento de 11 p.p. face a 2010 no agregado das SNF, e de apenas 6 p.p. no *Setor Agrícola*. Para esta diferença contribuiu o menor decréscimo do EBITDA do setor em análise.

Por classes de dimensão as microempresas apresentaram a maior pressão financeira do *Setor Agrícola*, com os juros suportados em 2011 a consumirem 36% do respetivo EBITDA (26% em 2010). Tal deveu-se não só ao crescimento dos juros suportados, mas essencialmente à deterioração do EBITDA deste conjunto de empresas. As grandes empresas, por seu turno, exibiram a menor parcela de EBITDA consumida por juros em todo o período analisado (13% em 2011), tendo-se situado inclusivamente abaixo da média do setor (20%) e do agregado das SNF (28%).

Gráfico 17

PESO DOS JUROS SUPOSTOS NO EBITDA



Por segmentos de atividade económica apenas na *Indústria de produtos agrícolas* foi registado um nível de pressão financeira inferior ao do *Setor Agrícola* como um todo (18%, face a 20%). Na *Agricultura* e no *Comércio de produtos agrícolas* a pressão financeira ascendeu a 31% e 23%, respetivamente, tendo aumentado, em ambos os casos, 10 p.p. face a 2010 (4 p.p. no caso da *Indústria de produtos agrícolas*).

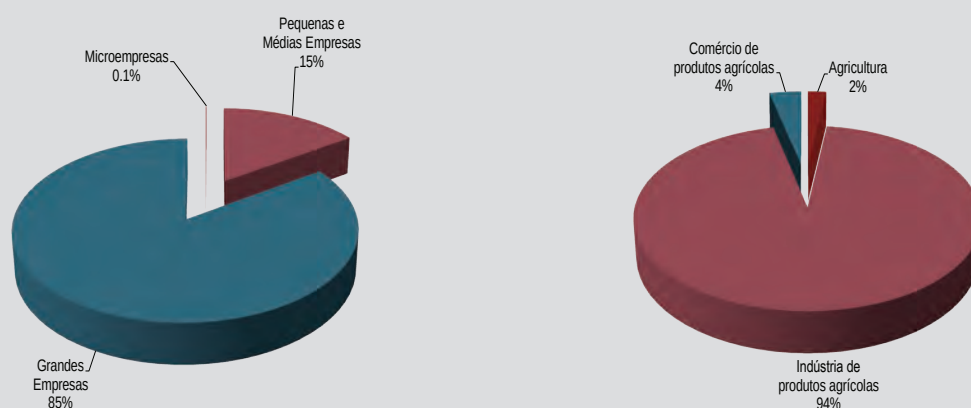
CAIXA 3 - CRÉDITO OBTIDO ATRAVÉS DA EMISSÃO DE TÍTULOS DE DÍVIDA – CARACTERIZAÇÃO COM BASE NO SISTEMA INTEGRADO DE ESTATÍSTICAS DE TÍTULOS²⁴

O financiamento obtido através da emissão de títulos de dívida representava no *Setor Agrícola*, em 2011, 16% da dívida financeira e 7% do passivo total, que compara com 11% e 6%, respetivamente, no agregado das SNF. Com base na informação disponível no Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos do Banco de Portugal é efetuada, nesta *Caixa*, uma breve caracterização desta fonte de financiamento, com especial incidência na informação mais recente relativa ao primeiro semestre de 2012.

O montante total do financiamento por títulos de dívida obtido pelas empresas do *Setor Agrícola* ascendia a 2 mil milhões de euros no final de junho de 2012, tendo diminuído 1% face ao final de 2011 e 8% face ao final de 2010. Este decréscimo deveu-se essencialmente às grandes empresas (variação negativa de 6% face ao final de 2010), que eram responsáveis, em junho de 2012, por 85% dos títulos emitidos pelo setor (Gráfico 3.1). Por segmentos de atividade económica, a obtenção de crédito através de títulos de dívida foi efetuada, quase exclusivamente, pela *Indústria de produtos agrícolas* (94% no final do primeiro semestre de 2012).

Gráfico 3.1

FINANCIAMENTO POR TÍTULOS DE DÍVIDA (posição no final do primeiro semestre de 2012)



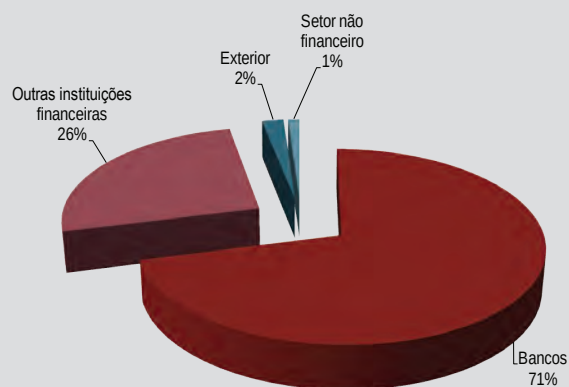
Em termos de maturidade dos títulos de dívida emitidos pelas empresas do *Setor Agrícola*, verifica-se uma repartição muito equitativa, pese embora a ligeira supremacia das emissões de curto prazo (52%). Não obstante, nas classes de menor dimensão (microempresas e PME) os prazos mais curtos destacavam-se, com o curto prazo a dominar praticamente todo o *stock* de títulos de dívida emitido por estas classes de dimensão no final do primeiro semestre de 2012. Já atendendo aos segmentos de atividade económica que compõem o *Setor Agrícola*, verificou-se, no final do primeiro semestre de 2012, uma clara preferência pelas emissões de curto prazo na *Agricultura* (94%) e no *Comércio de produtos agrícolas* (100%), ao passo que na *Indústria de produtos agrícolas* a repartição por maturidade foi equilibrada.

A análise dos detentores dos títulos de dívida, que permite identificar os setores que concederam financiamento por esta via às empresas do *Setor Agrícola*, revela que, no final de junho de 2012, 71% dos títulos emitidos pelas empresas do *Setor Agrícola* eram detidos pelo sistema bancário residente, cabendo a outras instituições financeiras uma parcela de 26% (Gráfico 3.2).

²⁴O Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos é um sistema de informação gerido pelo Banco de Portugal relativo a emissões e carteiras de títulos, numa base "título-a-título" e "investidor-a-investidor". Para mais informação, pode ser consultado o *Suplemento 2|2008 ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal, Estatísticas de títulos: Caracterização do Sistema Integrado e Apresentação de Resultados*.

Gráfico 3.2

DETENTORES DE TÍTULOS DE DÍVIDA (estrutura no final do primeiro semestre de 2012)



No período 2007-2010 verificou-se uma expansão da exposição do sistema bancário residente às emissões de empresas do *Setor Agrícola*, que chegou a deter 75% dos títulos de dívida emitidos por estas empresas no final de 2010 (43% em 2007). A partir de 2010, notou-se um acréscimo da relevância das outras instituições financeiras (24% em 2010).

A dívida comercial representava um quarto do passivo do *Setor Agrícola*

Os prazos médios de pagamentos e de recebimentos do setor reduziram-se em 2011

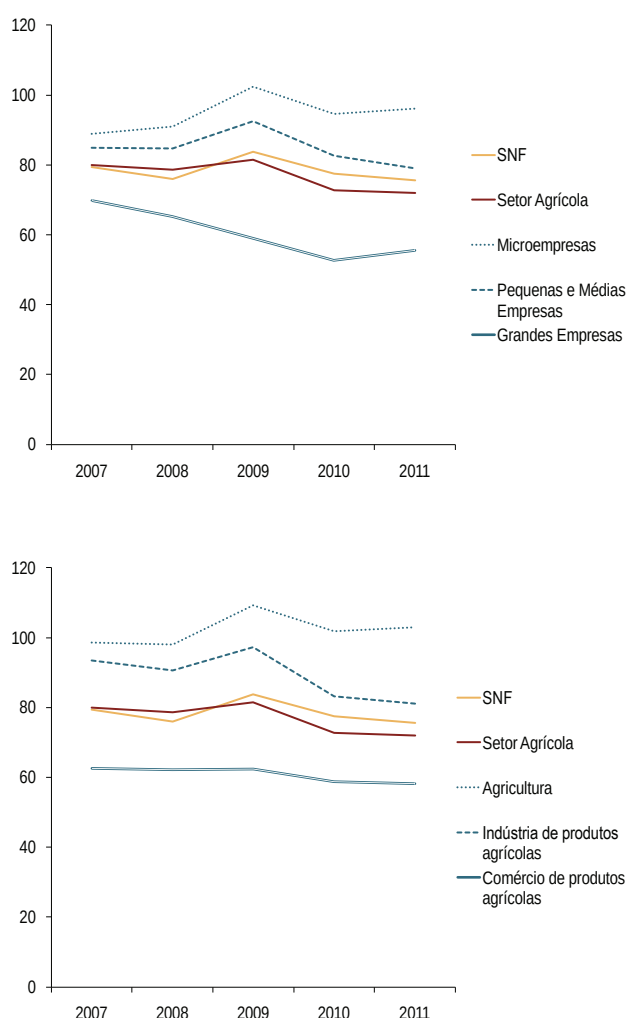
3.3.3 Financiamento por dívida comercial

No *Setor Agrícola* o financiamento por dívida comercial aumentou 3% em 2011, tendo passado a representar 25% do passivo do setor (23% em 2010). No conjunto das SNF, os créditos comerciais representavam 17% do passivo e diminuíram 5% em 2011.

Os prazos médios reduziram-se em 2011, tanto no *Setor Agrícola*, como no agregado das SNF. O prazo médio de recebimentos do *Setor Agrícola* fixou-se em 72 dias (-1 dia do que em 2010) e o prazo médio de pagamentos em 70 dias (redução inferior a 1 dia). Estes prazos foram inferiores aos do total das SNF em 4 dias e 14 dias, respetivamente, nos recebimentos e nos pagamentos (Gráficos 18 e 19).

Gráfico 18

PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS | Em dias



As microempresas do *Setor Agrícola* mantiveram-se com o prazo médio de recebimentos mais elevado (96 dias em 2011), seguidas das PME (79 dias, ainda que 4 dias abaixo do valor registado em 2010). As grandes empresas do setor registaram consecutivamente o prazo médio de recebimentos mais baixo (56 dias em 2011). Ao nível do prazo médio de pagamentos as grandes empresas mantiveram-se com o valor mais baixo (60 dias em 2011, 57 dias em 2010).

Nas PME e nas microempresas o prazo médio de pagamentos ascendeu, em 2011, a 105 dias e 69 dias, respetivamente (nível similar ao registado em 2010 no caso das microempresas, e inferior em 2 dias no caso das PME). Assim, destaca-se no *Setor Agrícola* a classe das PME por ter sido a única a registar um prazo médio de pagamentos inferior ao respetivo prazo médio de recebimentos.

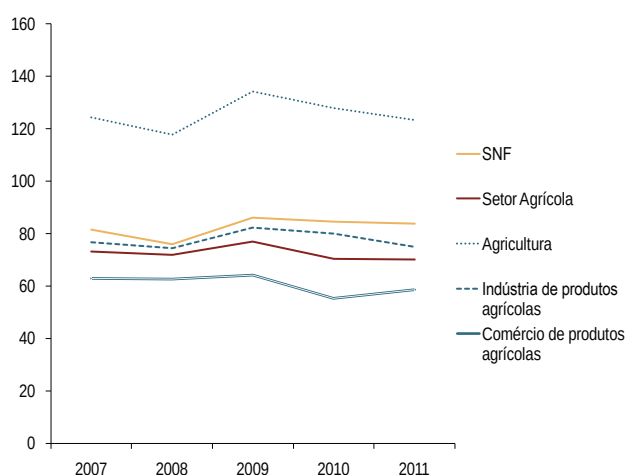
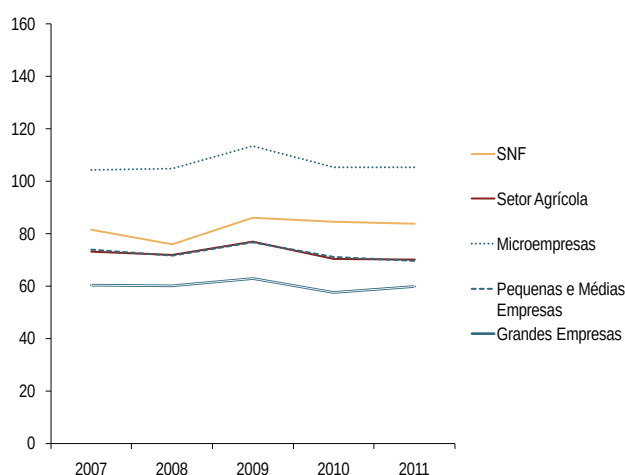
A classe das PME foi a única a registar prazos médios de pagamentos inferiores aos de recebimentos

3

35

Gráfico 19

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS | Em dias



Por segmento de atividade económica, a *Agricultura* foi a que apresentou o prazo médio de recebimentos mais elevado (103 dias em 2011), enquanto o *Comércio de produtos agrícolas* registou o prazo médio de recebimentos mais reduzido (58 dias em 2011). O prazo médio de recebimentos da *Indústria de produtos agrícolas* foi de 81 dias em 2011. No prazo médio de pagamentos, por comparação com o *Setor Agrícola* como um todo, a *Agricultura* e a *Indústria de produtos agrícolas* apresentaram em 2011 valores superiores (123 dias e 75 dias, respetivamente, em 2011, que compara com 128 dias e 80 dias em 2010). No entanto, apenas a *Agricultura* registou um diferencial significativo entre ambos os prazos, com os pagamentos a serem efetuados, em média, 20 dias depois dos recebimentos. No *Comércio de produtos agrícolas* o prazo médio de pagamentos foi de 59 dias.

Por segmento de atividade, apenas a Agricultura registou um diferencial significativo, com os pagamentos a serem efetuados, em média, 20 dias depois dos recebimentos

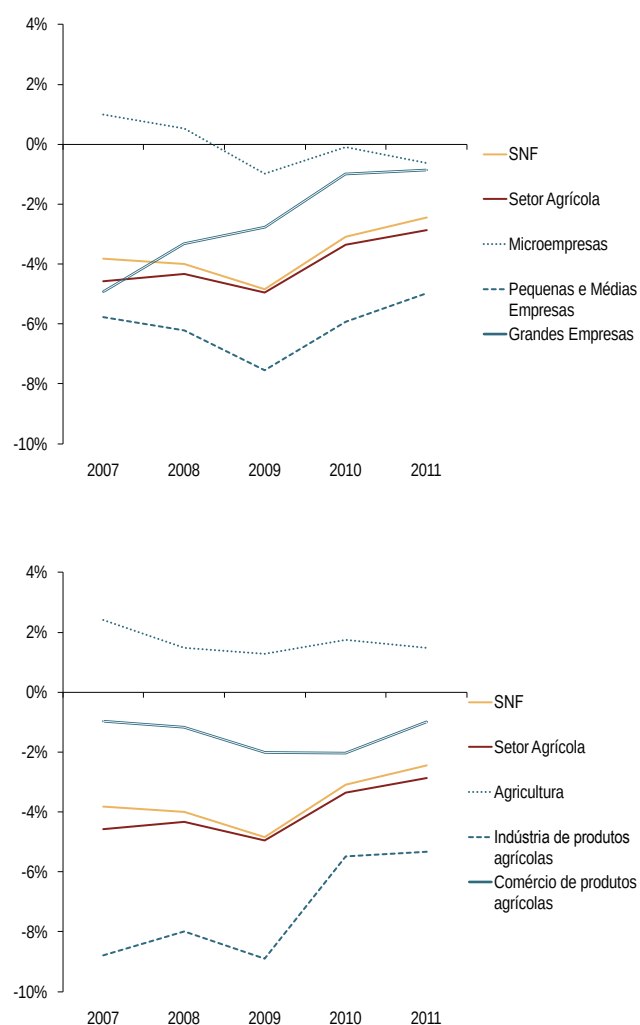
Em termos líquidos, o *Setor Agrícola* não conseguiu obter financiamento por via dos créditos comerciais, com exceção do segmento da *Agricultura*

Os prazos médios são um indicador que permite analisar o desfasamento temporal associado ao recebimento e ao pagamento dos créditos comerciais relacionados com a atividade das empresas. No entanto, para avaliar se as empresas se financiaram por esta via, é necessário calcular um indicador líquido do financiamento por dívida comercial. Para efeitos deste *Estudo*, o indicador calculado compara o diferencial dos saldos de fornecedores e de clientes com o volume de negócios (Gráfico 20). Um valor positivo neste indicador mostra que o saldo de fornecedores é superior ao saldo de clientes, ou seja, a empresa está a obter financiamento através dos seus fornecedores; um valor negativo mostra que o saldo de clientes é superior ao de fornecedores, o que significa, globalmente, que a empresa está a financiar os seus clientes.

Assim, com base no indicador líquido, pode dizer-se que o *Setor Agrícola* não conseguiu financiar-se através dos créditos comerciais, tal como o conjunto das SNF em Portugal. Em 2011 o financiamento líquido por dívida comercial, em percentagem de volume de negócios, foi de -3% no *Setor Agrícola* (-2% nas SNF), sendo que as classes de dimensão com os valores menos negativos foram as microempresas e as grandes empresas do setor (-1% em 2011, para ambas as classes). Por segmentos de atividade económica, apenas a *Agricultura* apresentou sistematicamente uma situação de efetivo financiamento por dívida comercial (equivalente a 1% do volume de negócios em 2011). No extremo oposto encontrava-se a *Indústria de produtos agrícolas*, com um financiamento líquido em percentagem do volume de negócios de -5%. De notar, todavia, que todos os agregados do *Setor Agrícola*, com exceção das microempresas, apresentaram nos últimos anos uma evolução favorável do indicador do financiamento líquido por dívida comercial.

Gráfico 20

FINANCIAMENTO LÍQUIDO POR DÍVIDA COMERCIAL | *Em % do volume de negócios*



Nota: O financiamento líquido por dívida comercial foi calculado pela diferença entre o saldo de fornecedores e o saldo de clientes.

Anexo

PRINCIPAIS INDICADORES DO SETOR AGRÍCOLA (2011)

PRINCIPAIS INDICADORES DO SETOR AGRÍCOLA (2011)											
Caracterização do setor			Atividade		Financiamento				Rendibilidade		
Volume de negócios detido por grandes empresas	Volume de negócios detido pelos 10% de maiores empresas	Taxas de crescimento		Autonomia financeira	Taxas de crescimento		Financiamento líquido por dívida comercial (% volume de negócios)	Peso dos juros suportados no EBITDA	Empréstimos obtidos junto de IC residentes (Jun-2012)		
		Volume de negócios	EBITDA		Créditos comerciais	Empréstimos Bancários			% empresas com crédito vencido	Rácio de crédito vencido	
SNF	45%	89%	-5%	-29%	33%	-5%	-8%	-2%	28%	10%	3%
	39%	88%	1%	-13%	37%	3%	-7%	-3%	20%	25%	4%
Agricultura	6%	73%	1%	-27%	38%	1%	-5%	1%	31%	17%	-2%
Indústria de produtos agrícolas	47%	89%	5%	-9%	41%	3%	-5%	-5%	18%	28%	4%
Comércio de produtos agrícolas	34%	84%	-2%	-14%	29%	4%	-14%	-1%	23%	29%	8%

Peso do Setor Agrícola			
Número de Empresas		Volume de negócios	
2001	2011	2001	2011
8%	8%	14%	13%
Número de Pessoas ao Serviço		2001	2011
		10%	9%

SÍNTESE METODOLÓGICA

Autonomia financeira: Rácio entre os capitais próprios e o ativo total.

Dimensão da empresa: As empresas foram agrupadas em três classes: micro, pequenas e médias, e grandes empresas. Para esta classificação foram utilizados os critérios da Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Segundo esta Recomendação são classificadas como microempresas as entidades com um número de pessoas ao serviço inferior a 10 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Para efeitos deste *Estudo*, as pequenas e médias empresas (PME) não incluem as microempresas e caracterizam-se por apresentarem um número de pessoas ao serviço menor que 250 e maior que 10 e um volume de negócios anual entre 2 e 50 milhões de euros ou um balanço total anual entre 2 e 43 milhões de euros. São classificadas como grandes empresas as que não se enquadram nas condições anteriores.

Distribuição por quartis: Para se calcularem os quartis, colocam-se por ordem crescente os valores das empresas para o indicador em análise. O primeiro quartil corresponde ao valor da empresa que se situa na posição correspondente a 25% da amostra ordenada (i.e., em que 25% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 75% têm valor superior). O segundo quartil (ou mediana) corresponde a 50%, ou seja, o valor do indicador para esta empresa parte a distribuição ao meio, havendo então metade das empresas com valor superior e também metade com valor inferior. O terceiro quartil corresponde à posição dos 75% da amostra ordenada (75% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e apenas 25% têm valor superior). O intervalo interquartil (obtido pela diferença entre o terceiro quartil e o primeiro quartil) dá uma indicação da dispersão existente na distribuição. Para mais detalhe relativamente ao cálculo destas medidas estatísticas, pode ser consultada a publicação *Estudos da Central de Balanços | 6, dezembro de 2011 – Novos Quadros da Empresa e do Setor: Adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística*.

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações. O novo normativo contabilístico (SNC) eliminou o conceito de custos e proveitos extraordinários, assim como deixou de permitir a identificação inequívoca das componentes financeiras. Como tal, optou-se por adotar o conceito de EBITDA definido pelo SNC, ajustando, tanto quanto possível, os dados reportados de acordo com o anterior normativo contabilístico (POC), referentes ao período 2006-2009.

Rendibilidade dos capitais próprios: Rácio entre o resultado líquido do exercício e os capitais próprios. Visto que ambas as rubricas (numerador e denominador) podem assumir valores positivos ou negativos, o indicador apenas é calculado, ao nível individual, nas situações em que os capitais próprios são positivos.

Setor de atividade económica: Foram excluídas da presente análise, no que ao conjunto das SNF diz respeito, as empresas classificadas nas Secções O – *Administração Pública e Defesa*; *Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais* da CAE-Rev.3, por não se incluírem no setor institucional das SNF, tendo sido também excluídas as empresas classificadas na Secção K – *Atividades Financeiras e de Seguros* onde se incorporam as Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) não financeiras sem envolvimento na gestão das participadas que, apesar de pertencerem ao setor das SNF (conforme regulamentado no SEC 95), não foram consideradas neste *Estudo* em virtude das suas características muito específicas que as distinguem das restantes SNF.

A definição de Setor Agrícola contemplou, para efeitos deste Estudo, as empresas das Divisões 01 – *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados* e 02 – *Silvicultura e exploração florestal* da CAE-Rev.3 (designadas abreviadamente por *Agricultura*), as associadas à *Indústria de produtos agrícolas* (empresas associadas à Secção C – *Indústrias transformadoras* da CAE-Rev.3 que possuem uma relação direta com a *Agricultura*) e o *Comércio de produtos agrícolas* (empresas que desenvolvem atividades ligadas à Secção G – *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* da CAE-Rev.3 diretamente associadas à *Agricultura*).

O Quadro A1 apresenta detalhe adicional ao nível das subclasses, classes, grupos e divisões que constituem o *Setor Agrícola* considerado no âmbito do presente *Estudo*.

Quadro A1 (continua)

COMPOSIÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA		
Segmento de atividade económica	CAE (Rev. 3)	Designação
Agricultura	01	Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados
	02	Silvicultura e exploração florestal
Indústria de produtos agrícolas	101	Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne
	103	Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas
	104	Preparação de óleos e gorduras animais e vegetais
	1051	Indústria do leite e derivados
	106	Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins
	107	Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha
	108	Fabricação de outros produtos alimentares
	10911	Fabricação de pré-misturas
	10912	Fabricação de alimentos para animais de criação (exceto para aquicultura)
	1092	Fabricação de alimentos para animais de companhia
	1101	Fabricação de bebidas alcoólicas destiladas
	1102	Indústria do vinho
	1103	Fabricação de cidra e outras bebidas fermentadas de frutos
	1104	Fabricação de vermouths e de outras bebidas fermentadas não destiladas
	1105	Fabricação de cerveja
	1106	Fabricação de malte
	11072	Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcoólicas
	12	Indústria do tabaco
	131	Preparação e fiação de fibras têxteis
	132	Tecelagem de têxteis
	151	Curtimenta e acabamento de peles sem pelo e com pelo; fabricação de artigos de viagem e de uso pessoal, de marroquinaria, de correio e de seleiro.
	16	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria
	171	Fabricação de pasta, de papel e cartão (exceto canelado)
	1721	Fabricação de papel e de cartão canelados e de embalagens de papel e cartão
	1722	Fabricação de artigos de papel para uso doméstico e sanitário
	1723	Fabricação de artigos de papel para papelaria
	1729	Fabricação de outros artigos de pasta de papel, de papel e de cartão
	20141	Fabricação de resinosos e seus derivados

Quadro A1 (continuação)

COMPOSIÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA		
Segmento de atividade económica	CAE (Rev. 3)	Designação
Comércio de produtos agrícolas	4611	Agentes do comércio por grosso de matérias-primas agrícolas e têxteis, animais vivos e produtos semiacabados
	46212	Comércio por grosso de tabaco em bruto
	46213	Comércio por grosso de cortiça em bruto
	46214	Comércio por grosso de cereais, sementes, leguminosas, oleaginosas e outras matérias-primas agrícolas
	4622	Comércio por grosso de flores e plantas
	4623	Comércio por grosso de animais vivos
	4624	Comércio por grosso de peles e couro
	4631	Comércio por grosso de fruta e de produtos hortícolas
	4632	Comércio por grosso de carne e produtos à base de carne
	4633	Comércio por grosso de leite e derivados, ovos, azeite, óleos e gorduras alimentares
	4634	Comércio por grosso de bebidas
	4635	Comércio por grosso de tabaco
	4636	Comércio por grosso de açúcar, chocolate e produtos de confeitaria
	4637	Comércio por grosso de café, chá, cacau e especiarias
	46382	Comércio por grosso de outros produtos alimentares, n. e.
	4639	Comércio por grosso não especializado de produtos alimentares, bebidas e tabaco
	4721	Comércio a retalho de frutas e produtos hortícolas, em estabelecimentos especializados
	47761	Comércio a retalho de flores, plantas, sementes e fertilizantes, em estabelecimentos especializados



REFERÊNCIAS

[1] Banco de Portugal (2005), *Utilização da Central de Responsabilidades de Crédito no âmbito das Estatísticas Monetárias e Financeiras*, Suplemento 1/2005 ao Boletim Estatístico de abril de 2005.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-1-2005.pdf>

[2] Banco de Portugal (2005), *Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços*, Suplemento 5/2005 ao Boletim Estatístico de dezembro de 2005.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-5-2005.pdf>

[3] Banco de Portugal (2008), *Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços*, Suplemento 1/2008 ao Boletim Estatístico de maio de 2008.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-1-2008.pdf>

[4] Banco de Portugal (2008), *Estatísticas de Títulos: Caracterização do Sistema Integrado e Apresentação de Resultados*, Suplemento 2/2008 ao Boletim Estatístico de junho de 2008.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-2-2008.pdf>

[5] Banco de Portugal (2010), *Estrutura e Dinâmica das Sociedades Não Financeiras em Portugal*, Estudos da Central de Balanços | 2, dezembro de 2010.

http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalancos/Publicacoes/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Estudos%20da%20CB%202_2010.pdf

[6] Banco de Portugal (2010), *Análise Setorial das Sociedades Não Financeiras em Portugal*, Estudos da Central de Balanços | 3, setembro de 2011.

http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalancos/Publicacoes/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Estudos%20da%20CB%203_2011.pdf

[7] Banco de Portugal (2011), *Novos Quadros da Empresa e do Setor: Adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística*, Estudos da Central de Balanços | 6, dezembro de 2011.

http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalancos/Publicacoes/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Estudos%20da%20CB%206_2011.pdf

[8] Banco de Portugal (2012), *Análise Setorial das Sociedades Não Financeiras em Portugal 2011/2012*, Estudos da Central de Balanços | 8, novembro de 2012.

http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalancos/Publicacoes/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Estudos%20da%20CB%208_2012.pdf

[9] Banco de Portugal (2012), *Relatório de Estabilidade Financeira*, novembro de 2012.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioEstabilidadeFinanceira/Paginas/RelatorioEstabilidadeFinanceira.aspx>

[10] Banco de Portugal (2012), *Relatório do Conselho de Administração – A Economia Portuguesa em 2011*, maio de 2012.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/Paginas/RelatorioAnual.aspx>

[11] Banco de Portugal (2012), *Boletim Económico* – Outono | 2012, outubro de 2012.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/Paginas/BoletimEconomico.aspx>

[12] Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro.

<http://www.dre.pt/pdf1s/2007/11/21900/0844008464.pdf>

[13] Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE).

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:124:0036:0041:pt:PDF>

[14] Regulamento (CE) n.º 2223/96 do Conselho, de 25 de junho de 1996, relativo ao Sistema europeu de contas nacionais e regionais na Comunidade.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/RegCE2223ano96.pdf>

[15] Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, Jornal Oficial da União Europeia, C 83/62.

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:083:0047:0200:pt:PDF>



ESTUDOS DA CENTRAL DE BALANÇOS

1 | QUADROS DA EMPRESA E DO SECTOR, novembro de 2010

2 | ESTRUTURA E DINÂMICA DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL, dezembro de 2010

3 | ANÁLISE SETORIAL DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL, setembro de 2011

4 | ANÁLISE SETORIAL DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES, novembro de 2011

5 | ANÁLISE SETORIAL DO ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES, novembro de 2011

6 | NOVOS QUADROS DA EMPRESA E DO SETOR: ADAPTAÇÃO AO SISTEMA
DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA, dezembro de 2011

7 | ANÁLISE SETORIAL DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL 2010/2011, abril de 2012

8 | ANÁLISE SETORIAL DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL 2011/2012, novembro de 2012

9 | ANÁLISE SETORIAL DA INDÚSTRIA DOS TÊXTEIS E VESTUÁRIO, novembro de 2012

10 | ANÁLISE SETORIAL DA INDÚSTRIA DO CALÇADO, novembro de 2012

11 | ANÁLISE DO SETOR AGRÍCOLA, dezembro de 2012